

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
----- **Mandato 2013-2017** -----
----- **TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA - QUINTA REUNIÃO REALIZADA**
EM NOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE -----
----- **ATA NÚMERO QUARENTA** -----

----- Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e catorze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em Sessão Ordinária, quinta reunião, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Almeida Leitão, Primeiro Secretário, e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, Segunda Secretária em exercício. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel de Freitas Arruda, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel D’Eça Braamcamp, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Roque Alexandre, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves

Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Isabel Cristina Rua Pires, Nelson Pinto Antunes, Patrícia de Oliveira Caetano Barata, Rui Manuel Moreira Vidal Simões, Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes, Cândida Cavaleiro Madeira, João Ricardo Vasconcelos, Sara Diana de Campos Leiria Goulart de Medeiros, Margarida de Moraes, António José do Amaral Ferreira de Lemos, João Nuno Farmhouse de Castro e Athayde de Carvalhosa e Rui Jorge Gama Cordeiro. -----

----- Faltou à reunião o Deputado Municipal Miguel Tiago Crispim Rosado. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, à *contrário sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- João Luís Valente Pires (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Cândida Cavaleiro Madeira. -----

----- Davide Amado (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, por um dia, tendo sido substituído por Margarida de Moraes. -----

----- Tiago Albuquerque Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Margarida Maria da Silva de Almeida Saavedra (PSD), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Rui Jorge Gama Cordeiro. -----

----- Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Belém, por um dia, tendo sido substituído por João Nuno Farmhouse de Castro e Athayde de Carvalhosa.-----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído por Patrícia Caetano Barata. -----

----- Deolinda Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes. -----

----- Mariana Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Isabel Pires.-----

----- Ricardo Robles (BE), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Ricardo Vasconcelos.-----

----- Miguel Afonso da Silva Ribeiro Reis (BE), de nove a trinta de setembro, sendo substituído pela Deputada Municipal Sara Goulart. -----

----- Fernando Nunes da Silva (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Rui Manuel Vidal Simões.-----

----- Telmo Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António José do Amaral Ferreira de Lemos. -----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: Manuel Salgado, Paula Marques, Graça Fonseca, João Afonso, Jorge Máximo, José Sá Fernandes, Catarina Vaz Pinto e Duarte Cordeiro. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Teresa de Andrade Leal Coelho, João Gonçalves Pereira, Alexandra Duarte e Paulo Quaresma. --
----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente** declarou aberta a reunião. -----
----- Seguidamente, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Eu vou dar aqui umas explicações iniciais sobre esta sessão e a dinâmica dos nossos trabalhos da tarde de hoje. -----
----- Pedia o vosso silêncio, por favor. -----
----- Alguns Senhores Deputados, manifestamente, não me estão a ouvir. -----
----- Nós hoje, temos uma sessão que é uma continuação da reunião ordinária, e esta razão de ser uma continuação de uma reunião ordinária é que temos uma petição para apreciar por causa da segunda fase da Escola Básica do Parque das Nações e, nos termos legais e regimentais, as petições têm de ser apreciadas em sessões ordinárias. --
----- Como este é um assunto muito urgente e, aliás, os peticionários pediam para ser apreciado até trinta e um de agosto, já estamos com algum atraso, a Mesa entendeu e a Conferência de Representantes aceitou que fosse esta sessão uma sessão ordinária. -----
----- Assim sendo, temos Período Antes da Ordem do Dia, no qual o Senhor Secretário da Mesa irá dar conta, resumidamente, o expediente que recebemos. -----
----- Temos quatro atas para apreciar. -----
----- E temos um conjunto de moções e recomendações. A Mesa chama a atenção que das recomendações que deram entrada, há três que entraram fora de prazo. Depois direi, exatamente, quais são. Foram distribuídas mas, em todo o caso, teremos que pedir autorização á Assembleia para as admitir uma vez que entraram depois da hora limite. -----
----- Relativamente ao Período da Ordem do Dia, também temos aqui alguns pormenores, desde já, a **Proposta nº 424/CM/2014** que é adiada por indicação da Conferência de Representantes para ser apreciada na Primeira Comissão Permanente. Trata-se de uma proposta sobre os critérios para as remunerações dos membros dos órgãos das empresas municipais e, portanto, na Conferência de Representantes foi solicitado que a primeira missão era que a Comissão Permanente de Finanças e Património apreciasse esta propostas antes de a mesma ser votada. Portanto, ela é adiada, e não será apreciada hoje. -----
----- Finalmente, dizer-vos que temos hoje duas eleições a realizar, a eleição dos representantes desta Assembleia para o Conselho Municipal do Desporto, e a eleição de um Presidente de Junta para a Assembleia Distrital de Lisboa. Essas eleições irão ser realizadas no *foyer* pequeno quando começarmos o Período da Ordem do Dia. Eu solicitei a indicação de escrutinadores aos partidos políticos. O PS indica a Deputada Carla Madeira. O PCP também indicará uma pessoa. Penso que dois escrutinadores chagarão para no final do processo de votação acompanharem o escrutínio dos votos.--
----- Portanto, isto são os recados principais que temos para a reunião de hoje.-----
----- Vamos dar início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----
----- E o Senhor Primeiro Secretário vai ler, resumidamente, o expediente que deu entrada. -----

----- Lembro a todos os Senhores Deputados e respetivos assessores que nós temos sempre em todas as reuniões da Assembleia, uma pasta com o expediente para, relativamente a estes assuntos que deram entrada e que o Senhor Secretário vai chamar a atenção, se alguém quiser ver pode consultar esta pasta não vamos estar a consumir fotocópias com distribuição de tudo por toda a gente porque temos que gerir bem os nossos recursos. A pasta de expediente está disponível na Mesa.” -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----- (O Senhor Primeiro Secretário fez a leitura do resumo de expediente o qual fica anexado à presente Ata como **anexo I** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados, uma vez dado conhecimento do resumo do expediente, temos em apreciação um conjunto de atas que vamos pôr à vossa consideração.-----

----- A Mesa quer chamar a atenção do seguinte: esta é a quadragésima reunião da Assembleia Municipal desde o princípio do mandato, aliás há uma coisa curiosa, a Assembleia Municipal já realizou mais reuniões do que a Câmara Municipal o que deve ser uma coisa rara. Penso que a Câmara Municipal vai na sua trigésima oitava reunião, o que significa que temos imprimido aqui um ritmo muito intenso com os nossos trabalhos. Mas isto tem uma contrapartida é que o nosso Núcleo de Atas não está a conseguir dar vazão à quantidade de atas que temos por realizar. -----

----- Hoje temos para aprovar as **atas números 15, 18, 29 e 32**, estas últimas são referentes ao debate temático dos transportes, e eu pedi prioridade para as atas deste debate temático para podermos preparar uma deliberação.-----

----- Já pedi, também, aos serviços que me apresentassem um plano para recuperar este atraso das atas. -----

----- Evidentemente, nós temos o registo gravado acessível através do nosso site, de todas as sessões. Mas é sempre importante termos as nossas atas pelo que teremos de fazer um esforço.-----

----- Pergunto se há inconveniente de votarmos as atas em conjunto? Ninguém se pronuncia, portanto, podemos votá-las em conjunto. As **atas números 15, 18, 29 e 32**, não há votos contra, não há abstenções, portanto, as quatro atas foram **aprovadas por unanimidade**.-----

----- Irei dizer à Conferência de Representantes como é que iremos recuperar este atraso em matéria de atas da Assembleia Municipal.-----

----- Entremos, agora, na matéria política deste Período Antes da Ordem do Dia.-----

----- Deram entrada nos prazos regimentais quatro moções e cinco recomendações. Depois deu entrada uma moção do CDS-PP, perto da 13h00, e eu aceitei-a porque a Senhora Representante do CDS-PP tinha estado em Conferência de Representantes toda a manhã, pelo que dei esta tolerância de uma hora. Mas depois, à tarde, deram entrada mais três recomendações do PSD. E antes de começarmos a discussão, queria perguntar aos Senhores Deputados se podemos admitir estes documentos que deram entrada depois da hora regimental.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ora, boa tarde.-----
----- Eu julgo que existem regras que estão bem definidas. -----
----- Já o BE, uma vez, viu ser rejeitada a sua pretensão de entregar uma moção sobre um tema relevante naquela altura, e que foi negado pela Mesa e pelos partidos políticos, seja do PS, seja do PSD. -----
----- Estes assuntos que estão aqui em causa são bastante interessantes e relevantes, no entanto, pensamos que havendo regras para cumprir, e se já foi feito isso uma vez, não vejo que se abra agora um precedente em relação a estas três moções.-----
----- Muito obrigado.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Era precisamente para reafirmar exatamente a mesma opinião que achamos que deve passar para o PAOD da próxima semana porque estão fora dos preceitos.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “É só para confirmar a posição do Senhor Deputado e que também é a minha, e que naturalmente, temos a oportunidade, daqui a oito dias, de fazer essa discussão e sem prejuízo maior.” -----
----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----
----- “Não havendo consenso a Mesa não irá pôr à discussão a admissão, e peço, quer ao CDS-PP, quer ao PSD, que estes documentos ficam já entregues e serão apreciados na próxima sessão as três recomendações do PSD e a vossa que chamaram de recomendação mas que é uma moção uma vez que não se dirige diretamente à Câmara.-----
----- Sendo assim, vamos apreciar quatro moções e cinco recomendações, e a Mesa aceita inscrições para os Senhores Deputados fazerem as suas intervenções sobre a matéria.”-----
----- **Moção nº 1/40, “Pela Suspensão Imediata do Processo de Privatização/Concessão das Linhas Suburbanas da CP”**, subscrita pelo Grupo Municipal do BE, (anexada à presente ata como anexo II, e dela faz parte integrante); -
----- **Moção nº 2/40, “Lojas do Cidadão em Lisboa”**, subscrita pelo Grupo Municipal do PEV, (anexada à presente ata como anexo III, e dela faz parte integrante);-----
----- **Moção nº 3/40, “Fim ao Massacre do Povo Palestino”**, subscrita pelo Grupo Municipal do PCP, (anexada à presente ata como anexo IV, e dela faz parte integrante);-----
----- **Moção nº 4/40, “O Orçamento Retificativo Acrescenta Novos Cortes Salariais e Novas Restrições Orçamentais Nos Serviços Públicos”**, subscrita pelo Grupo Municipal do PCP, (anexada à presente ata como anexo V, e dela faz parte integrante);-----
----- **Recomendação nº 1/40, “Sobre a Transferência da Gestão das Empresas de Transporte CARRIS e Metro Para a CML”**, subscrita pelo Grupo Municipal do BE, (anexada à presente ata como anexo VI, e dela faz parte integrante); -----

----- **Recomendação nº 2/40, “Lisboa – Circular em Segurança”**, subscrita pelo Grupo Municipal do MPT, (anexada à presente ata como anexo VII, e dela faz parte integrante);-----

----- **Recomendação nº 3/40, “Por um Compromisso Social e Político para a Natalidade”**, subscrita pelo Grupo Municipal do MPT, (anexada à presente ata como anexo VIII, e dela faz parte integrante);-----

----- **Recomendação nº 4/40, “Jardim Botânico da Universidade de Lisboa”**, subscrita pelo Grupo Municipal do PEV, (anexada à presente ata como anexo IX, e dela faz parte integrante);-----

----- **Recomendação nº 5/40, “Habitação – Cidade Amiga dos Jovens”**, subscrita pelo Grupo Municipal do PSD, (anexada à presente ata como anexo X, e dela faz parte integrante);-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Vasconcelos (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “O tema que aqui vos trago é com certeza um tema familiar a muitos de vós, e espero que consiga recolher um pouco, a vossa atenção. Diz respeito ao processo de privatização/concessão em curso que se opera a nível nacional no âmbito da CP dos Caminhos de Ferro Portugueses.-----

----- Os processos de privatização e acho que saberão tão bem, ou melhor do que eu, são sempre acompanhados de dois tipos de argumentos bastante curiosos, por um lado um estranho pressuposto de que a gestão privada consegue, por razões diversas, ser superior, ou ser mais eficiente, do que a gestão pública. Existem diversas razões que conseguem demonstrar o contrário. Existe uma ampla discussão a esse respeito, mas esse é uma dos pressupostos que está sempre em causa. O segundo pressuposto é se calhar um pouco mais profundo e que se refere ao facto dos instrumentos públicos de gestão impedirem que essa mesma gestão pública consiga ser mais eficiente em determinados domínios, os mecanismos de contratação pública são mais complicados, portanto, é mais fácil uma empresa privada de contratar. Os mecanismos de gestão de recursos humanos no público são mais complicados. É mais eficiente para uma empresa gerir esses mesmos recursos.-----

----- O que é que torna esses processos de privatização “deliciosos”? Por um lado, eles quando ocorrem, ocorrem sempre vindo precisamente, ou sobretudo, das duas principais forças políticas que são responsáveis por essa mesma gestão pública, ou seja, aquilo que nós temos são tipicamente as duas principais forças políticas a assumirem a sua ineficiência, a sua incompetência, perante a gestão de um recurso público no caso concreto aqui os Caminhos de Ferro Portugueses, a CP.-----

----- Por outro lado, e referindo-se também ao segundo argumento, de que as regras são mais complicadas na gestão pública, em todas as dimensões, são também as duas forças políticas que maior capacidade têm de influências o edifício de normas, o edifício de regras, da própria gestão pública, que assumem mais uma vez a sua incompetência, declarando que a privatização ou a concessão a privados é o melhor dos caminhos. Senhores Deputados, não me alongando mais a esse respeito, é perfeitamente claro para o Bloco de Esquerda que não existem razões claras para se

considerar que a gestão privada de um determinado recurso seja mais eficiente do que a gestão pública. Nomeadamente, quando estamos a falar de setores estratégicos, quando estamos a falar de eletricidade, água, e sim, também se podem incluir os transportes considerados setores estratégicos, e diversas experiências nacionais e internacionais têm demonstrado que é pouco recomendável, ou não é nada recomendável avançar-se com a privatização desse tipo de setores. -----

----- No caso do setor ferroviário, basta ver a dimensão que nos é bastante próxima, a questão da Fertagus e o descalabro que tem sido o processo em causa, e o quanto ele também tem sido inapropriado para o próprio erário público. -----

----- Por outro lado, quando nós avançamos com esse tipo de processos de privatização ou de concessão de setores estratégicos para o Estado, aquilo que vemos tipicamente, e supostamente contra a própria lógica de mercado, é atribuímos setores estratégicos, setores próximos do monopólio a grandes parceiros, ou como lhe quiserem chamar, presentes no mercado que passam assim a ter uma posição absolutamente dominante com a condicionante, também, naturalmente, do dito mercado que também era suposto começar a funcionar bem com esse tipo de processos. -----

----- É por isso que tendo em conta esse argumento muito útil, que propomos, por um lado, que a Assembleia Municipal delibere exigir ao Governo, e a nível nacional, a suspensão do processo de privatização ou de concessão, dos caminhos-de-ferro portugueses.-----

----- Por outro lado, aquilo que recomendamos, também, e isso reflete-se na recomendação que apresentamos aqui à Assembleia Municipal, que por um lado a Câmara expresse ao Governo a sua vontade de participar na gestão dos operadores de transporte da cidade, uma matemática que também nos é bastante familiar, e julgo que não é apenas uma bandeira nossa, ainda bem. Por outro lado, que seja também expresso a vontade de a Câmara Municipal participar na gestão desses mesmos operadores de transporte da cidade, nomeadamente, CARRIS e Metro e avançando aqui para modelos de parceria pública, onde poderão em mecanismos de gestão tripartida participar tanto a Câmara como a Área Metropolitana como o próprio Estado, e por último, que os custos tipicamente são sempre encarados aqui como o grande problema desse tipo de processos, não sugerimos aqui uma sugestão milagrosa a esse respeito, sugerimos sim, que diversos prejuízos nessas empresas foram cometidos por erros de gestão entre outras dimensões, que vão ter de ser pagos de alguma maneira que esses mesmos custos, a bem do bem público, sejam assumidos, naturalmente, pelo Estado. É essa a nossa recomendação apresentada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nesta primeira sessão após o período de férias, gostaria de começar a minha intervenção saudando os presentes, esperando que tenham aproveitado o tempo disponível dentro do que tinham planeado e desejado.-----

----- Antes de iniciar a apresentação das recomendações, não poderia deixar de expressar umas breves palavras sobre o conhecido caso dos brasões da Praça do

Império, onde se destaca a falta de coordenação política entre o Vereador do Pelouro e o seu Presidente, facto este que se deve, quiçá, por o Senhor presidente da Câmara andar ocupado com assuntos relacionados com o seu partido político já que quando foi confrontado com a notícia, referiu que desconhecia a intenção, mostrando-se mesmo surpreendido com a intenção da remoção dos referidos brasões. Parece que após a polémica, a autarquia através do Gabinete do Vereador, anunciou estar a fazer um estudo para a recuperação da maioria dos brasões, nos quais não incluía os brasões ultramarinos. No total seriam vinte e quatro brasões para receber intervenção, e oito que não iriam ser reparados.-----

----- Mas parece que a criatividade para a Praça do Império não se fica por aqui. Fala-se que a intenção da Câmara lançar até ao final do ano, um concurso de ideias para a renovação deste espaço verde, assim como a constituição de um júri composto por personalidades de elevado reconhecimento e representativo de diferentes sensibilidades da sociedade portuguesa.-----

----- O Partido da Terra vê com preocupação essa solução pois prevê que se trata de mais uma manobra de diversão para dotar o abandono por mais uns anos, dos Jardins da Praça do Império à semelhança de outros espaços públicos que se encontram em igual situação, como é o caso dos jardins da Praça Afonso de Albuquerque ou mesmo o Jardim da Cerca, na encosta da Graça, uma promessa de setembro de 2009, que continua longe de estar terminado.-----

----- O Partido da Terra defende a rápida intervenção dos Jardins da Praça do Império na sua forma original, mantendo a totalidade dos brasões, devendo a Câmara Municipal proceder à sua recuperação bem como de toda a zona envolvente à zona de Belém, um dos principais locais turísticos da cidade e uma das principais salas de visita da cidade.-----

----- O Partido da Terra apresenta nesta Assembleia duas recomendações sobre temas de extrema importância, tanto para a cidade, como para o país.-----

----- A primeira recomendação diz respeito ao tema da natalidade, um tema já referenciado pelo Partido da Terra na intervenção política de oito de julho, onde afirmamos a defesa de uma política defensora da família, com incentivos à natalidade, onde faço o desafio todos têm de contribuir.-----

----- A segunda recomendação diz respeito ao tema da sinistralidade rodoviária, um tema com consequências devastadoras em termos humanos, sociais e económicos, e que em Portugal é especialmente significativa dentro das localidades, concentrando cerca de 76% dos acidentes com vítimas, 63,9% dos feridos graves e 53,3% das vítimas mortais.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa possuiu várias referências à segurança rodoviária espalhadas nos seus documentos de gestão e estratégia mas não conhecidos até ao momento, nenhum documento que trate de uma forma global o problema.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Ferreira de Lemos (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Ainda sobre a polémica do Jardim do Império gostaria de referir que andando o Presidente da Câmara reunido com correligionários pelo país fora, não se tem ocupado devidamente dos assuntos de Lisboa. -----

----- E assim, aparece uma proposta de um Vereador do Executivo Camarário, aliás bastante polémico e já com um longo curriculum de prejuízos materiais à cidade que agora pretende retirar a harmonia de uma emblemática zona de Lisboa enquanto capital de Portugal. -----

----- Esta proposta, completamente descontextualizada, da atual atração internacional que Lisboa é e que se observa pelo notável número de visitantes que aqui chegam, exatamente, pelos seus monumentos, pela sua história, pelo humanismo e pelo acolhimento dos lisboetas. -----

----- Lisboa cidade cosmopolita, onde ninguém protestou contra os nossos símbolos económicos, emblemáticos de uma história grandiosa que nos orgulha e honra. Ver Vossas Excelências do Executivo quererem alterar e reescrever a história parece até que têm vergonha da cidade e dos lisboetas que os elegeram. Reformar e modernizar não é, nem pode ser, diminuir a cidade. É aumentar a sua competitividade com a autenticidade histórica e com a monitorização de uma singularidade da representação histórica e cultural de sempre. Não pode ser um mero parecer técnico de algumas dezenas de euros que justificam uma alteração dos nossos valores e patrimónios comuns, das nossas circunstâncias que diversificam a nossa oferta cultural e turística, e histórica, e que nos tornam no contexto das cidades e do mundo, uma preferência já registada. -----

----- Não prometemos que se vários défices que existem em Portugal, que se venha agora juntar um défice histórico e cultural que apenas nos enfraquece. -----

----- Gostaríamos de perguntar se considera o Senhor Presidente e o Vereador, e esta própria Assembleia, que ao retirar a memória da cidade está a dar um passo para que essa se torne menos atrativa e mais frustrante para os lisboetas e visitantes que votaram nesta maioria, e que nem acreditam que isto iria ser possível. -----

----- Em democracia nada deve, ou pode, ser feito nas costas dos eleitores. -----

----- Gostaria, também, de informar que o Vereador João Gonçalves Pereira, do CDS-PP, irá apresentar uma proposta compatível com a importância histórico-cultural, patrimonial e turística, em consonância com o Presidente da Junta de Freguesia de Belém e da Associação de Defesa do Património de Lisboa. -----

----- Relativamente às moções e recomendações, registo que aqui foram recebidas cinco moções e cinco recomendações. Relativamente a transportes, algumas delas, loja do cidadão sobre a qual iremos apresentar uma declaração de voto. Uma outra pelo final do massacre do povo palestino e sobre o orçamento retificativo entretanto apresentado na Assembleia da República, em breve, objeto de votação. -----

----- Irei concluir. -----

----- Sobre esta proposta em discussão na Assembleia, gostaria de dizer apenas o que esta manhã foi afirmado pela minha correligionária do CDS-PP, Deputada Cecília Meireles e que disse que era um Orçamento retificativo particularmente fácil de

defender. E com estas palavras julgo que tudo estará dito. É um Orçamento retificativo oportuno e facilmente defensável.-----

----- Como o tempo já é escasso, eu queria dar-vos a indicação do nosso voto, mas sobretudo nas moções relativas aos transportes, queria dizer-vos que votaremos naturalmente, contra porque estamos de acordo com o Plano Estratégico dos Transportes porque consideramos que as concessões onde a Cidade de Lisboa, e outros municípios da Área Metropolitana, não são excluídos e onde se trata apenas de uma concessão não há transferência patrimonial, votaremos contra porque consideramos que a concessão é uma boa forma de continuar a prestação do serviço público, não só em Lisboa como em outras localidades, pelo que votaremos contra. ----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Apresentamos uma moção pelo fim do massacre do Povo Palestino.-----

----- O desaparecimento e a posterior confirmação da morte de três jovens de um colonato israelita, em circunstâncias não esclarecidas, foi pretexto para uma campanha de punição coletiva contra as povoações palestinianas com a demolição de casas, assassinatos e a prisão de centenas de pessoas, incluindo, dezenas de crianças e Deputados do Conselho Legislativo Palestino. -----

----- Os próprios termos que enquadram esta campanha são perversos, enganadores e inaceitáveis. A agressão israelita contra o povo palestino com a criminosa ofensiva militar contra a Faixa de Gaza e população é uma escalada de violência entre Israel e a Palestina. Mentira absoluta. A campanha militar israelita em curso é suportada no contínuo apoio político, diplomático e militar dos Estados Unidos e na atitude da União Europeia que se esconde no seu silêncio ou dissimula a cumplicidade efetiva com a política do terrorismo do Estado de Israel. -----

----- Passo a ler as conclusões e as propostas desta moção; ponto um, repudiar e condenar o brutal ataque da força aérea israelita contra o povo palestino, que visa o castigo coletivo de um povo que luta pelo seu direito inalienável a um Estado independente, e que tem por objetivo claro obstruir quaisquer negociações e soluções pacíficas, para uma ocupação que dura há décadas. Ponto dois, denunciar, ainda, o recente incremento de todas as formas de intimidação e das detenções, nos territórios da Cisjordânia e em Jerusalém Leste de cidadãos palestinianos. Ponto três, manifestar toda a solidariedade e apoiar o direito do povo palestino a resistir à ocupação do seu território e exigir o fim de todas as formas por parte das forças israelitas. Ponto quatro, dar conhecimento desta moção ao representante da Autoridade Nacional da palestina em Portugal e à Embaixada de Israel. -----

----- Queríamos dizer que foram assassinadas à volta de duas mil pessoas, sobretudo crianças e mulheres na Faixa de Gaza. -----

----- E queríamos dizer eu Lisboa é a Cidade da liberdade, é a cidade do 25 de Abril, e sempre as populações de Lisboa se irão manifestar pela defesa dos direitos dos povos, pela liberdade e para que não sejam massacrados.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Carvalhosa (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Foi com estupefação que a Junta de Freguesia de Belém, todos os lisboetas e até mesmo, todos os portugueses, receberam a notícia já confirmada pela Câmara municipal de Lisboa que existe a intenção de reabilitar os jardins da Praça do Império, que saudamos, apagando aqueles jardins da sua memória histórica, o que repudiamos.-----

----- Os jardins em causa, que todos conhecem, são património cultural de todo um povo, não são armas ideológicas ou revisionistas.-----

----- É verdade que a Câmara Municipal tem descurado a manutenção dos espaços verdes da cidade, o que levou, conseqüentemente, a que estes, que necessitam de uma intervenção especial, sofram ainda mais. E ao sofrerem, não só em nada dignificam a cidade, como ofendem a nossa história coletiva. Querer alterar os símbolos ali existentes para colocar outros mais adaptados ideologicamente, é uma agressão intolerável ao património cultural de um povo.-----

----- Imagine-se um restauro, por exemplo, do Mosteiro dos Jerónimos, também decidirmos retirar os elefantes que sustentam o túmulo de D. Maria, D. Manuel I, D. João III e D. Catarina, por representarem as virtudes reais apenas porque já não estamos numa monarquia. Ou, porque não, no edifício dos Paços do Concelho, quando precisar de obras, remover da sanca do Salão Nobre deste edifício a alusão aos territórios portugueses, Bragança, Braga, Guimarães, Porto, Viseu, Coimbra, Évora, Faro, Funchal, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada, Açores, Angola, Moçambique, Macau e Índia. Uma heresia na própria Câmara, imagine-se.-----

----- Enfim, julgo não ser necessário acrescentar mais nada à indignação demonstrada pela quase unanimidade dos portugueses, pelos historiadores e estudiosos das artes, os tais representantes da cultura que aqui surgem em defesa da manutenção do desenho dos Jardins com os brasões, e pelas mais diversas entidades a começar pela Freguesia de Belém.-----

----- Causa-nos também, muita perplexidade as soluções e os valores apresentados para as mesmas. De uma solução de destrua-se a memória pois já não somos colonialistas, passamos a um concurso de ideias para ver o que ali se vai fazer. De um valor próximo de cem mil euros anuais, passa-se para cento e trinta e dois mil sem qualquer especificação sobre esta verba. Cento e trinta e dois mil euros é verba suficiente para contratar a tempo inteiro sete jardineiros, assegurando ainda a qualquer entidade um lucro generoso e até, imoral nos tempos que correm. Como é óbvio não são precisos sete jardineiros a tempo inteiro, trezentos e sessenta e cinco dias por ano, para conservar os brasões. Se a reabilitação dos jardins custam cinquenta e nove mil euros, sai mais barato fazer a reabilitação total todos os anos, considerando que a intervenção tem sempre a garantia de um ano, por exemplo, mas sabemos por experiência própria que estes números da manutenção são absolutamente irrealistas, mas se a Câmara Municipal de Lisboa tem boa-fé nos números que apresentou, então lançamos o desafio de transferir esta verba para a Junta de Freguesia que nos comprometermos a fazer a reabilitação e a manutenção dos espaços e ainda, oferecemos à cidade novos brasões inseridos em outros jardins da freguesia com o

símbolo da Câmara e da junta de Freguesia, e ainda nos sobra dinheiro para melhorar outros espaços verdes.-----

----- Quanto ao concurso de ideias agora proposto pelo Gabinete do Senhor Vereador Sá Fernandes, lançamos aqui uma que garantimos que terá o apoio unanime de todos os lisboetas e portugueses, reabilite o jardim da Praça do Império com o desenho dos brasões que o ornamentavam, sem vergonha pela nossa história, com orgulho naquilo que ousamos conseguir e com as demonstrações que daí resultaram. -----

----- A Junta de Freguesia de Belém a fim de acabar com a vergonha há que se passa nos jardins da Praça Afonso de Albuquerque que estão escalavrados há meses com obras que não terminam, nos jardins da Torre de Belém que apesar de melhores, ainda estão num estado lastimável, e com o atentado cultural que agora querem fazer nos jardins da Praça do Império, disponibilizasse, desde já, para assegurar a manutenção destes jardins, solicitando à Câmara Municipal de Lisboa que deixem de ser considerados estruturantes e que passem para a gestão da Junta de Freguesia com a consequente transferência dos montantes financeiros que têm orçamentado para os mesmos. -----

----- Apelamos ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa para que coloque um término neste triste episódio que a todos indigna, e possamos voltar a preocuparmo-nos em resolver os problemas das nossas freguesias e da cidade, ao invés de gastarmos tempo e energia com ideias que são um atentado a Lisboa e a Portugal.” -----

----- **A Senhora Presidente** informou o seguinte:-----

----- “ Senhor Deputado, esse assunto que já foi aqui apresentada por dois Senhores Deputados, está agendado para uma reunião de Câmara, amanhã. Portanto, como temos reunião de Assembleia Municipal de hoje a oito dias, com a presença do Senhor Presidente, naturalmente, teremos o *feedback* do que é que a Câmara vai decidir sobre esta matéria e será então, a altura oportuna para a Assembleia se pronunciar.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira(PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ «Os Verdes» apresentam neste PAOD uma moção sobre as Lojas do Cidadão em Lisboa e uma recomendação sobre o Jardim Botânico da Universidade de Lisboa.--

----- Em relação ao primeiro tema, como sabemos, o Governo, através da Agência para a Modernização Administrativa, encerrou a Loja do Cidadão dos Restauradores, ficando apenas em funcionamento as Lojas das Laranjeiras e de Marvila.-----

----- Como seria de esperar e tal como «Os Verdes» alertaram na altura, estas lojas começaram a ter muito mais procura, principalmente a Loja das Laranjeiras, não conseguindo responder às necessidades dos utentes e o resultado é este: filas desde as 5 horas da madrugada, mais de 5 horas à espera pelo atendimento, senhas esgotadas logo após a abertura dos serviços e dias de trabalho perdidos pelos utentes na esperança de serem atendidos. -----

----- Esta é uma situação completamente inaceitável e, por isso, pretendemos que a Câmara Municipal de Lisboa reconheça a importante função do serviço público de

proximidade prestado pelas Lojas do Cidadão e que mantenha uma postura ativa perante o Governo face ao encerramento da Loja do Cidadão dos Restauradores. -----

----- Propomos igualmente que a autarquia diligencie junto do Governo para que este informe, com urgência, que medidas pondera vir a tomar para, no curto prazo, inverter esta acentuada redução de serviços públicos de proximidade na cidade de Lisboa, e ainda para que o Governo especifique, de entre os lugares disponibilizados pelo município, em que local ou locais planeia vir a instalar novos Espaços do Cidadão. ----

----- Por fim, o Grupo Municipal de «Os Verdes» pretende ainda que a CML solicite junto do Governo, para que este esclareça com que tipo de serviços, meios e recursos, pondera vir a abrir nova ou novas Lojas do Cidadão em Lisboa, calendarizando essas iniciativas. -----

----- Com a Recomendação sobre o Jardim Botânico da Universidade de Lisboa o PEV pretende que a autarquia adote um conjunto de medidas de forma a preservar e valorizar este espaço, que apresenta atualmente alguns problemas como a dificuldade de manutenção, por só haver um jardineiro nos quadros, que tem a seu cargo quase 1500 espécies vegetais e a degradação de alguns espaços. -----

----- Assim, propomos por exemplo que a autarquia dê seguimento ao projeto “Jardim Botânico de Lisboa, Proteger, Valorizar e Promover” no âmbito do Orçamento Participativo, estabeleça uma parceria entre a Universidade de Lisboa e a Escola de Jardineiros, no sentido de dar resposta a necessidades pontuais de pessoal que se têm verificado para a manutenção do Jardim, designadamente de jardineiros, e promova as diligências necessárias à elaboração do Plano de Salvaguarda do Jardim Botânico, entre outras medidas. -----

----- Importa lembrar que o Jardim Botânico, classificado como Monumento Nacional, constitui um património de inegável interesse do ponto de vista histórico, cultural, científico e paisagístico que é preciso reabilitar e preservar.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Partido Socialista, relativamente aos documentos que temos em análise, gostaria de começar por propor que na moção número quatro, apresentada pelo partido Comunista Português, e ao Orçamento retificativo, aos novos cortes salariais que o Orçamento retificativo vem impor, fizesse uma inclusão dando também conhecimento, no caso da aprovação da moção, aos Sindicatos da UGT, uma vez que sistematicamente, e por só conhecerem a SGTP, também colocassem os Sindicatos da UGT que não constam da moção. -----

----- Relativamente à recomendação do Bloco de Esquerda, sobre a gestão da CARRIS e do Metro para a Câmara Municipal, gostaríamos de solicitar que fosse feita a votação por pontos desta recomendação.-----

----- E relativamente à recomendação número três do MPT, sobre o compromisso social e político para a natalidade, o Partido Socialista não pode deixar de trazer à colação, neste momento, a discussão de que este município já contribui em grande medida para o aumento da natalidade. Sabemos que esta deve ser uma responsabilidade do Governo Central, mas também sabemos que naquilo que é

possível o Município de Lisboa tem feito a sua parte, e tem-no feito através de um programa que já aqui aprovamos o “B-à-Bá” através da rede de creches que aprova a criação de sessenta unidades e cria duas mil quinhentas e vinte vagas para jovens e crianças, e também com a redução da taxa de IRS que é naturalmente um incentivo e uma melhoria para a qualidade de vida das famílias. Pelo que votaremos a favor, porque também nós somos a favor do aumento da natalidade e da melhoria das condições de vida dos nossos concidadãos e do futuro do país. -----

----- Relativamente à moção número um do BE, a suspensão da privatização das linhas da CP, apesar do partido Socialista votar a favor desta moção, não nos revemos nos considerandos, nomeadamente, na parte em que eles, como aliás já vem sendo hábito por parte do BE, acusam o anterior governo do PS de ter feito um conjunto de ações com as quais não nos revemos e que repudiamos na íntegra. No entanto, estamos de acordo com os pontos deliberativos propostos pelo BE. -----

----- Por fim, relativamente à recomendação número cinco do PSD, é para nós com enorme satisfação ver a apresentação de uma recomendação deste género, a criação de um programa municipal propondo a atribuição de um apoio financeiro, é certo que sem ser a fundo perdido, para ajudar proprietários à reabilitação urbana, propondo o arrendamento jovem e tendo como objetivo final a fixação de jovens na Cidade de Lisboa. Diríamos que está tudo certo, merecia a aprovação. No entanto, há algumas considerações a fazer, a primeira das quais é que não fossem os subscritores desta recomendação aqueles que governam o país e, portanto, não é mais do que o reconhecimento de que, efetivamente, têm de ser os municípios, as autarquias locais, a substituírem-se ao governo que não cumpre as suas responsabilidades mínimas, de tratar dos jovens, de tratar das questões essenciais como sejam a educação e a habitação. E nós, isso, já sabemos e por aí é louvável esta vossa iniciativa. -----

----- Mas por outro lado, também é preciso perceber p engodo e não cair nele. -----

----- Vossas Excelências são responsáveis pelo governo do país e têm feito o trabalho que está à vista, aliás, ao apresentarem esta moção, reconhecem esse péssimo trabalho. Por outro lado, vêm junto desta Câmara pedir que aprovemos esta recomendação e depois veem daqui a uns tempos, como já fizeram no passado, falar do brutal aumento de custos, brutal endividamento da autarquia, brutal má gestão do PS, quando são Vossas Excelências a propor que se gaste dinheiro, não a fundo perdido, mas que se gaste dinheiro em áreas como a reabilitação, ajudar os proprietários, portanto, eu acho que era preciso que o PSD esclarecesse de uma vez por todas o que é que pretende. Se bem que, das duas uma, ou queremos que haja um investimento e queremos que se gaste dinheiro e que haja, naturalmente, o endividamento, ou queremos um controlo apertado das contas públicas e que já percebemos que ao nível central, isso não será feito, ou então queremos tentar criar políticas para fixação de jovens. E é isso que os Senhores têm de vir aqui esclarecer. Qual das duas coisas é que pretendem? É que não podem ter só sol na eira e chuva no nabal. E por isso, naturalmente, não poderão ter o voto favorável do Partido Socialista. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Relativamente às recomendações, a recomendação do Bloco de Esquerda sobre a transferência da gestão das empresas de transporte CARRIS e Metro para a Câmara, não iremos votar a favor desta recomendação precisamente porque estão ainda em curso as negociações entre o Governo e a Câmara Municipal de Lisboa e portanto, também está por definir qual o modelo de gestão que acontecerá, portanto, não nos sentimos confortáveis para votar a favor, ainda que concordemos com muitas das questões levantadas pelo BE. -----

----- Relativamente à recomendação do MPT sobre as questões da natalidade lembrar, tal e qual como fez aqui o Deputado do Grupo Municipal do Partido Socialista, Manuel Lage, que a Câmara Municipal de Lisboa já tem muitas medidas que favorecem a fixação de jovens e também, o aumento da natalidade em Lisboa além das que foram indicadas relativamente à questão das creches, queria acrescentar que todas as medidas relativamente à habitação jovem, à reabilitação urbana e ao desenvolvimento local são matérias que em si também contribuem para este fim e, portanto, achamos que esta recomendação está absolutamente fora de contexto por pedir á Câmara que faça algo que não pode, e ao mesmo tempo não reconhecer que a Câmara faz o que deve. -----

----- Relativamente ao Jardim Botânico, a recomendação do PEV, saudamos esta recomendação. No entanto, ao que sabemos e as informações que temos está a câmara Municipal, de facto, já em contato com a Direção do Jardim Botânico e a preparar todos os elementos do Orçamento Participativo, assim como já está a fazer os levantamentos do local, pelo que vamos pedir uma votação por pontos para isolar estes dois primeiros pontos em relação aos outros três seguintes com os quais concordamos, mas também compreendemos a razão pela qual o Partido Ecologista “Os Verdes” apresenta esta recomendação, é pelo facto de não ter tido resposta a um requerimento que apresentou e pelo facto de não saber estas informações e vir pedir através de uma forma de recomendação. -----

----- No entanto, ao que sabemos, estes dois pontos estão a ser tratados pela Câmara Municipal e o processo da relação entre, isto é, do Orçamento Participativo está a ocorrer e a relação entre a Câmara e o Jardim Botânico também não podemos estar a favor destes dois primeiros pontos. -----

----- Por fim, e relativamente à recomendação sobre a habitação Cidade Amiga dos Jovens, do PSD. Saudamos de facto, a preocupação. Achamos também que é importante apostar em medidas de habitação para os jovens. No entanto, não precisamente da forma como estão aqui a propor, no apoio direto aos proprietários, mas se calhar alguns modelos que possam incluir, não só os proprietários, mas o acordo tripartido entre a Câmara, os inquilinos e os proprietários, pelo que gostaríamos, também, de ver se o PSD estaria aberto a um modelo talvez tripartido de arranjar esta solução, porque, de facto, não nos parece ser esta a solução mais adequada que apontou na recomendação, e gostaríamos de pedir ou que a retirassem,

ou que a formulassem a recomendação porque concordamos com o princípio geral mas não com a forma como apresentam.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sem prejuízo de uma discussão mais aprofundada que ainda não concluímos sobre os transportes na região de Lisboa, o nosso comentário em relação à recomendação número um do BE, é que nós temos, concordando com alguns pontos, nós temos a noção que não são questões essencialmente, da gestão das empresas que estão em causa, mas estão problemas de natureza política e da responsabilidade dos governos. Foram eles que mandaram fazer as obras que não financiaram, foram eles os responsáveis pelo subfinanciamento da exploração comercial, foram eles os responsáveis pelo elevado serviço da dívida que hoje estas empresas têm que cumprir.

----- Por isso, mais que uma questão de gestão, é mesmo a questão de natureza política. -----

----- Naturalmente, faremos uma discussão mais aprofundada quando este tema voltar aqui à assembleia.-----

----- É verdade que nós nesta matéria temos vindo consistentemente a defender, que a Autoridade Metropolitana de Transportes tenha uma participação forte nas autarquias, e seja ela a responsável, não só pelas decisões estratégicas, como pela gestão dos serviços. -----

----- Por isso solicitamos, tal como já foi solicitado por outro Deputado, que esta recomendação seja votada ponto a ponto.-----

----- Dizemos também um comentário muito claro, que em relação à recomendação número cinco do PSD, ela não nos merece grande consideração e representa uma prática que nós já aqui denunciámos de ser responsável pelas coisas e querer remeter para outros a sua solução. Penso que não é uma boa prática e que é uma proposta claramente demagógica e, por isso, denunciámos esta situação, e vamos votar contra. --

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Mafalda Cambeta (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Antes de começar a minha intervenção, queria esclarecer o Senhor Deputado Miguel Graça de que o acordo tem de ser sempre tripartido e monitorizado pela Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Em relação ao Senhor Deputado Municipal Miguel Lage, criticam-nos por excesso, e criticam-nos por defendermos, aqui, um sistema de iniciativa privada e de iniciativa pública. Nós não estamos a pedir dinheiro, nós estamos a arranjar um sistema de um empréstimo, coisa que nunca aconteceu.-----

----- Um dos pontos que se tornou claro com a Reorganização Administrativa de Lisboa é de pensar políticas da sociedade é hoje, sem dúvida, pensar em sistemas complexos, onde diversas áreas do quotidiano confluem. -----

----- O mundo mudou e como tal, as políticas terão de mudar. -----

----- Também nós enquanto membros desta Assembleia e agentes políticos, temos esse dever. Assim, e porque a nossa prioridade são os jovens decidimos ir mais longe, queremos pensar no futuro e não apenas no presente.-----

----- Com esta proposta de recomendação queremos colocar os jovens no centro das políticas municipais. Acreditamos que uma forte aposta na atração, fixação da juventude e da reabilitação da nossa sociedade nos permitirá ter uma Lisboa moderna e adaptada à realidade. Para tal, à que aliar a iniciativa dos municípios à dos privados, à que integrar os jovens no centro das prioridades políticas e como um marco de visão futura, na realidade da nossa cidade.-----

----- Urge combater dois dos grandes flagelos da nossa cidade o cada vez maior número de prédios degradados, o envelhecimento da população com a fuga de jovens para os concelhos limítrofes.-----

----- Como afirmou a então Senhora Vereadora Helena Roseta no documento “Mudar a Política de Habitação em Lisboa”, se por um lado as famílias jovens que procuram casa vão sendo expulsas para locais cada vez mais distantes da capital, onde está a maioria do emprego, por outro lado, o tecido demográfico e construído de Lisboa envelhece cada vez mais. Ora, tal situação não pode ocorrer, de todo. A Cidade de Lisboa merece estar na vanguarda ao invés do que esta matéria tem sido diagnosticada. É por isto, que é importante aprovarmos a proposta de recomendação apresentada. Não nos podemos esquecer da história da nossa cidade, a preservação do nosso vasto património cultural e da cultura das nossas gentes que só se manterá se houver uma renovação da nossa população.-----

----- Uma cidade como Lisboa não pode estar na cauda das políticas amigas dos jovens e das famílias que diz respeito. Temos antes que ser vanguardistas, temos que pensar sustentadamente, temos de aliar a vontade pública com o investimento privado, fomentando soluções que tragam benefícios a todos e não apenas a alguns.-----

----- Esta nossa proposta é o primeiro passo para tal desígnio. É aquilo que chamamos o ponto de partida para que em conjunto chagamos a uma finalidade, o bem da nossa cidade e o bem da nossa população.-----

----- Quero realçar o facto de estar proposta ser uma solução complementar àquilo que tem sido efetuado pela Câmara Municipal de Lisboa, e estamos disponíveis para colaborar no seu desenvolvimento com a Câmara Municipal e restantes forças políticas.-----

----- Temos a certeza que em conjunto conseguiremos Lisboa no top das cidades mais amigas dos jovens. Urge implementar o conceito de Lisboa cidade amiga dos jovens, objetivo que será por certo partilhado, ou não, por todos vós.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, a Mesa não regista mais nenhuns pedidos de palavra de Senhores Deputados. Pergunto à bancada da Câmara se algum Senhor Vereador quer usar da palavra? Nenhum Senhor Vereador quer usar da palavra, pelo que vamos passar de imediato, à votação.-----

----- **Moção nº 1/40**, com **votos contra** do PSD e do CDS-PP, não há **votos de abstenção**, **votos a favor** do PS, PCP, BE, PEV, PAN, MPT, PNP e 6 IND. A moção foi **aprovada por maioria**.-----

----- **Moção nº 2/40**, pontos **1, 4, 5 e 6**, **votos contra** do CDS-PP, não há **votos de abstenção**, **votos a favor** do PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, MPT, PNP e 6 IND. A moção foi **aprovada por maioria**.-----

----- Ponto **2**, **votos contra** do PSD e do CDS-PP, não há **votos de abstenção**, **votos a favor** do PS, PCP, BE, PEV, PAN, MPT, PNP e 6 IND. **Aprovado por maioria**. ----

----- Ponto **3**, **votos contra** do PSD e do CDS-PP, não há **votos de abstenção**, **votos a favor** do PS, PCP, BE, PEV, PAN, MPT, PNP e 6 IND. **Aprovado por maioria**. ----

----- **Moção nº 3/40**, com **votos contra** do CDS-PP, de 8 Deputados PS e do MPT, **votos de abstenção** do PSD, PNP e de 1 Deputado PS, **votos a favor** do PS, PCP, BE, PEV, PAN e 6 IND. A moção foi **aprovada por maioria**. -----

----- Os Senhores Deputados do CDS-PP apresentam uma **Declaração de Voto** sobre a **Moção nº 3/40**, que é a seguinte:-----

----- *“Maria Luísa Aldim e António Ferreira de Lemos, Deputados Municipais do CDS-PP, declaram, por este meio, os fundamentos do voto contra a moção em epígrafe e solicitam que desta seja, também, dado conhecimento ao Representante da Autoridade Nacional da Palestina em Portugal e à Embaixada de Israel. -----*

----- *Assim:-----*

----- *1. A presente moção coloca totalmente o ónus do conflito no Estado de Israel. ----*

----- *2. Em nenhum momento são atribuídas responsabilidades ao Hamas, entidade que governa Gaza. -----*

----- *3. Em nenhum ponto são mencionados os bombardeamentos, por mísseis e foguetes, que aterrorizaram a população civil de Israel, e que obrigaram o exército israelita a intervir. -----*

----- *4. Colocar a questão do conflito israelo-palestiniano, nos termos em que o PCP o faz, contribuiu mais para a importação de um conflito do que para a procura de uma solução pacífica que a todos deve mobilizar.-----*

----- *5. Manifestamos, por isso, a nossa solidariedade com os povos, palestino e israelita e fazemos votos para que os seus dirigentes percorram e alcancem o caminho da paz.” -----*

----- **Moção nº 4/40**, com **votos contra** do PSD e do CDS-PP, **votos de abstenção** do MPT, **votos a favor** do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP e 6 IND. A moção foi **aprovada por maioria**.-----

----- **Recomendação nº 1/40**, pontos **1 e 4**, **votos contra** do PSD e CDS-PP, não há **votos de abstenção**, **votos a favor** do PS, PCP, BE, PEV, PAN, MPT, PNP e 6 IND. A recomendação foi **aprovada por maioria**. -----

----- Ponto **2**, **votos contra** do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, **votos de abstenção** do PS, PNP e 6 IND, **votos a favor** do BE, PAN e MPT. Este ponto foi **rejeitado**.-----

----- Ponto **3**, **votos contra** do PS, PSD, PCP, CDS-PP, PNP e PEV, **votos de abstenção** de 6 IND, **votos a favor** do BE, PAN e MPT. Este ponto foi **rejeitado**. ----

----- **Recomendação nº 2/40**, que foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- **Recomendação nº 3/40, votos contra** do BE, **votos de abstenção** do PEV, 6 IND e PAN, **votos a favor** do PS, PSD, PCP, CDS-PP, MPT e PNP. A recomendação foi **aprovada por maioria**.-----

----- **Recomendação nº 4/40, pontos 1, 2, 4 e 5, não há votos contra, votos de abstenção** de 6 IND, **votos a favor** do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT e PNP. A recomendação foi **aprovada por maioria**.-----

----- Ponto **3**, não há **votos contra, votos de abstenção** do PSD, 6 IND e PNP, **votos a favor** do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT. **Aprovado por maioria**.-----

----- **Recomendação nº 5/40, votos contra** do PCP, BE e PEV **votos de abstenção** do PS e 6 IND, **votos a favor** do PSD, CDS-PP, MPT, PAN e PNP. A recomendação foi **aprovada por maioria**.-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO 1 - PROPOSTA Nº 173/CM/2014 – APRECIAR A AFETACÃO SO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARCELA DE TERRENO NA ESTRADA DE TELHEIRAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; (34 MINUTOS – GRELHA BASE)** ---

----- (A **Proposta nº 173/CM/2014** fica anexada à presente Ata como **anexo XI** e dela faz parte integrante)-----

----- (O **Parecer** da 3ª Comissão, Comissão Permanente de Ordenamento, Território, Urbanismo e Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local fica anexado à presente Ata como **anexo XII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, fez a apresentação da presente proposta:-----

----- “Esta proposta diz respeito, única e exclusivamente, à aceitação por parte do município de uma cedência de uma parcela de terreno para o domínio público. Corresponde à construção de uma escola cujo projeto de arquitetura está aprovado, e está aprovado com parecer favorável de todos os serviços da Câmara.-----

----- Ontem terá sido referido na Comissão um problema que tem a ver com a ausência de um estudo de tráfego, mas, constatamos hoje, que o parecer da Direção Municipal de Mobilidade Urbana favorável à realização deste projeto refere que o requerente entregou o estudo de tráfego.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “É uma intervenção breve, e gostaria que o Senhor Deputado Victor Gonçalves referisse aqui aquilo que foi o parecer que ele próprio elaborou a partir da discussão que tivemos ontem na Comissão de Urbanismo que sintetiza, efetivamente, aquilo que foi as nossas posições, as posições das várias forças políticas, e tem a ver com a preservação do património, o Convento da Nossa Senhora das Portas do Céu, a questão do estacionamento levantado pelo Grupo Ecologista “Os Verdes”, é

importante esta questão e aqui faz-se referência a um estudo e à resolução da entrada de dezenas, senão centenas, de carros de manhã e de tarde, neste espaço. -----
----- Pôs-se também a questão da abertura à comunidade por parte do futuro colégio que vai ser construído, em que se trata de um colégio feminino e a Câmara não tem que intervir nesta matéria, nem a Assembleia Municipal. Mas, sendo a opção de matéria social, é uma opção ao arrepio daquilo que é a tradição da liberdade e da afirmação escolar, e da conjugação da vida dos jovens rapazes e das raparigas. A minha experiência na instrução primária feita no fascismo, foi que a escola dos rapazes estava ao cimo da vila e a escola das raparigas estava ao fundo da vila, portanto, nós deixávamos de falar e de conviver aos seis anos, e voltávamos a encontrarmo-nos mais tarde pelos dez, onze anos, aos doze e treze anos já em outra situação, digamos, provavelmente de namoro. Este corte nas relações era terrível, entre os jovens rapazes e raparigas. Pelo que gostaria de trazer aqui a tradição republicana, o meu pai falava-nos, uma coisa que me causava uma grande mágoa a mim próprio, da sua vida intensa na escola rapazes e raparigas no tempo da república. Nós não tivemos isso mas vamos ter um colégio feminino. -----
----- Inteira liberdade. Estamos em democracia, terá de ser opção dos proprietários, será opção dos pais que lá irão pôr as suas filhas. -----
----- Não gostaríamos de deixar aqui esta nota sobre a relação intensa e necessária entre os jovens de ambos os sexos.-----
----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Alves (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito telegraficamente, deixar uma nota relevante. -----
----- Também agradecendo, quer o esclarecimento do Senhor Vereador, quer o trabalho da comissão, de facto a questão principal que também motivou o adiamento para este momento era a que se prendia com a questão patrimonial, e eu acho que ficou claro que a questão está garantida e já estava desde raiz, e de facto, aquilo que nos motiva nesta deliberação diz apenas respeito à desafetação e em relação à qual, de facto, também, a noticia hoje que o estudo de tráfego existe o que será um fator a ter em conta na organização daquele território é relevante. -----
----- Mas, ainda assim, sublinhamos que é de facto da perspectiva da Junta de Freguesia do Lumiar a questão que mais nos preocupa em termos de pressão que obviamente nos períodos de pico da tomada e largada das crianças, ainda por mais, porque a zona convive ainda com a Escola Alemã que tem precisamente, o mesmo problema e, portanto, já o enfrenta, é uma questão que teremos que acompanhar, tendo até em conta a acalmia de tráfego e também a natureza da própria Estrada de Telheiras que é uma estrada sem tráfego, obviamente, que esta desafetação permite, também, fazer parte desta organização de tráfego exatamente para dar resposta a estes problemas do pico de tomada e largada das crianças. Mas, efetivamente, é matéria que esperamos continuar a acompanhar porque precisamente os pontos noutros locais da freguesia em qua mais dificuldade temos em gerir adequadamente segurança rodoviária, tomada e

largada das crianças, e a fluidez do tráfego, prende-se, precisamente, com estes grandes aglomerados e com a quantidade significativa de estudantes nesse sentido.-----
----- Portanto, dando nota que o trabalho realizado aqui permite já identificar o caminho para o solucionar, mas a matéria continuará a receber a nossa atenção e esperamos que os trabalhos da comissão ajudem a continuar a enriquecê-lo. -----
----- Muito obrigado.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)**, na qualidade de relator do parecer da 3ª Comissão Permanente, fez a seguinte intervenção:-----
----- “A presente proposta foi retirada na altura em que foi pela primeira vez posta à discussão nesta Assembleia, com a finalidade de ela ser debatida no seio da 3ª Comissão Permanente e, também, penso que da 1ª Comissão Permanente. -----
----- Em relação ao que se passou na 3ª Comissão, ou seja, a Comissão Permanente de Urbanismo, Desenvolvimento Local, Habitação e Reabilitação Urbana, nós tivemos a oportunidade de ouvir os esclarecimentos que foram prestados pelo Senhor Dirigente Municipal Jorge Catarino Tavares que nos fez o esclarecimento sobre aquilo que tem a ver com esta proposta e com esta doação de terreno para que se possa desenvolver um passeio á volta de um dos edifícios que consta deste projeto. -----
----- Aquilo que nós constatamos, da parte da comissão, e tendo em vista as intervenções que tiveram lugar na mesma, foi que de facto havia necessidade de aceitar essa doação de terreno em termos gratuitos uma vez que isso valorizava o projeto em si e que era fundamental para a sua realização.-----
----- Mas, também, ficou evidente pela intervenção de alguns Deputados, e até pelas respostas de alguns Dirigentes Municipais, ficou evidente que há um problema de tráfego, atendendo às circunstâncias de isto ser um estabelecimento de ensino. E quem conhece o local, na altura na Comissão, teve a oportunidade de expressar abertamente e concretamente sobre esta situação, e ficou também evidente que da forma como está feito o tráfego e estacionamento em horas de ponta, em horas de saída e entrada nas aulas, a complicação vai ser mais do que muita tal como é em outros estabelecimentos de ensino que temos na Cidade de Lisboa.-----
----- E foi dito, também, que não havia um estudo de tráfego, houve uma análise pelos serviços de tráfego. -----
----- Nós, naturalmente, não nos opomos a esta permuta. Em Comissão achamos até razoável que a mesma seja feita, mas aquilo que a Comissão entendeu e isso faz parte do parecer que vos foi distribuído, que nós recomendamos à Assembleia que solicite à Câmara um estudo de tráfego que possa minimizar da forma que for melhor, minimizar as dificuldades em termos de estacionamento e circulação nestas tais horas de ponta para que se introduza a tais alterações necessárias.-----
----- Nós abordamos o assunto com toda a seriedade, analisamos juntamente com os técnicos quais é que seriam as dificuldades que este projeto tem, ele não oferece dúvidas em relação àquilo que é o objeto da responsabilidade da própria Assembleia Municipal que é aceitação daquele terreno para o corredor da circulação em relação àquele edifício que tem cinco mil e tal metros quadrados. Mas, há que fazer um estudo de tráfego que possa dar outras soluções que possam minimizar aquilo que são as

aglomerações e os congestionamentos de tráfego que se verificam com a entrada e saída dos alunos. -----

----- É isso que se recomenda que a Câmara faça.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A presente Proposta decorre da Proposta nº 34/2014, na qual a CML aprovou um pedido de licenciamento para a edificação de um novo Colégio Mira-Rio pela Cooperativa Socei, na sequência da aquisição de prédios urbanos à EPUL. Na atual Proposta, a CML apenas requer que a AML aceite a afetação ao domínio público de uma parcela de terreno superior a 762m². Todo este projeto tem no entanto em vista uma vasta ampliação para uso escolar do Convento anexo à Igreja de Nossa Senhora da Porta do Céu, templo que a EPUL já recuperou entre 2004 e 2005.-----

----- Acontece que em nenhuma das Propostas nºs 34 e 173/2014 a CML clarifica as condicionantes urbanísticas, nem de reorganização do espaço público. Ora, sabemos que este futuro Colégio Mira-Rio se destinará a um equipamento escolar feminino e semi-interno para todos os ciclos de ensino: creche, pré-escolar, 1º, 2º, 3º ciclos e ensino secundário. -----

----- Primeira questão, a Câmara municipal de Lisboa informa que a capacidade prevista será de oitocentas e sessenta alunas, pelo que perguntamos como vai o executivo resolver o problema da circulação das centenas de viaturas privadas que irão entregar e levantar as crianças e as adolescentes do Colégio nas horas de ponta?---

----- Segunda questão, a entrada principal do Colégio será feita pela estreitíssima, e em parte de sentido único, Estrada de Telheiras, junto à Igreja. E como os serviços municipais não procederam a qualquer estudo de tráfego, questionamos se a CML prevê restringir também este acesso para usufruto do Colégio, interditando-o aos moradores do bairro? -----

----- Terceira questão, com o previsto acréscimo do transporte privado, qual a área destinada a estacionamento de uso privativo descoberto, quais as implicações para os moradores dos circundantes edifícios residenciais, da Escola Alemã ou dos atuais acessos ao Metro de Telheiras? -----

----- Quarta questão, o outro equipamento escolar que fica em frente, a Escola Alemã, disponibiliza o uso do seu auditório, da piscina e do relvado para algumas atividades da comunidade local. E este Colégio Mira-Rio, funcionará num espírito semelhante ou vai optar por se isolar do bairro, atuando como um condomínio fechado? Onde está, enfim, o projeto urbanístico do Convento? -----

----- Quinta questão, os pontos 7 e 5.5 da Informação dos Serviços, contida no Anexo 1, alertam para um conjunto de falhas que continuam a carecer das necessárias correções. -----

----- Sexta questão, a CML omite na Proposta uma situação deveras relevante: a publicação em 28/06/2012 de uma Portaria da Secretaria de Estado da Cultura. Nesse diploma “é classificada como monumento de interesse público a Igreja de Nossa Senhora da Porta do Céu”, sendo no artigo 2º “fixada a zona especial de proteção”. Esta Portaria, citamos, “visa conservar a envolvente do imóvel, incluindo áreas

edificadas e áreas vazias ou ajardinadas, promover a sua inserção e enquadramento harmonioso no conjunto edificado próximo e salvaguardar os ‘pontos de vista’ atuais”. Como acautela afinal a Câmara Municipal de Lisboa todos estes pressupostos? -----

----- Sétima questão, ‘*Last, but not least*’, “Os Verdes” estranham que hoje seja esta a solução do executivo e que não tenha antes dado seguimento a um outro uso considerado muito mais prioritário e sugerido pela Associação de Residentes e pelo Centro Cultural de Telheiras para residências seniores. Com efeito, a ART chegou mesmo a promover um concurso de ideias para a reabilitação de espaços vazios no bairro, que entre outros contou no júri com Nuno Teotónio Pereira e Gonçalo Ribeiro Telles, tendo o projeto de Duarte Nuno Simões sido entregue, em cerimónia pública realizada na BMOR, ao então presidente da EPUL e ao próprio Senhor Vereador Manuel Salgado, em dez de maio de 2008, e a que a vereação afinal fez lamentavelmente orelhas moucas. -----

----- Em conclusão, não vendo nenhum destes quesitos esclarecidos na atual proposta do executivo, “Os Verdes” não dispõem de respostas inequívocas por parte da vereação que nos permitam melhor ponderar o nosso sentido de voto.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu queria só dar um esclarecimento adicional relativamente àquilo que, ontem, foi dito na comissão. -----

----- Acabei há pouco, de receber uma mensagem do Diretor Municipal do Urbanismo que diz que, “Colégio Mira Rio tem parecer favorável da DMT de vinte cinco de setembro de 2013”. No texto do referido parecer da Direção Municipal de Mobilidade e Tráfego, refere a existência de um estudo de tráfego que fundamenta a decisão favorável desta direção municipal. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Vereador, eu penso que depois de tudo o que ouvimos, o elementar será que esse estudo de tráfego seja enviado à 3ª Comissão permanente para conhecimento de todos os Senhores Deputados e confirmação das dúvidas que foram suscitadas. -----

----- Vamos dedicarmo-nos então, à matéria em si que é aceitação para o domínio público municipal de uma parcela de terreno na Estrada de Telheiras. É isto o cerne da proposta nº 173/CM/2014.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Comissão apresentou um parecer e uma proposta, sendo que essa proposta incluía a necessidade de um estudo de tráfego e que foi na sequência daquilo que foi explicado na comissão, que não havia um estudo de tráfego, que havia um parecer do tráfego, que é diferente de um estudo de tráfego. -----

----- Se o Senhor Vereador diz que há um estudo de tráfego, e que esse estudo de tráfego será enviado como proposta da Senhora Presidente à 3ª Comissão, para nós é suficiente, analisaremos esse estudo de tráfego e registaremos as nossas conclusões. ---

----- Isto é importante em relação ao sentido do próprio voto da proposta que está em causa. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** refere o seguinte: -----

----- “Vamos pôr à votação a **Proposta nº 173/CM/2014, votos contra** do PAN, abstenções do PCP e PEV, e os votos a favor do PS, PSD, BE, CDS-PP, MPT, PNPV e 6IND. Portanto, a proposta foi **aprovada por maioria**, com esta recomendação do Vereador enviar à Comissão o estudo de tráfego que os serviços afirmam existir. -----

----- **PONTO 2 - PROPOSTA Nº 223/CM/2014 – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL DE PARCELA DE TERRENO NA PRAÇA DE ESPANHA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; (34 MINUTOS – GRELHA BASE)** -----

----- (A **Proposta nº 223/CM/2014** fica anexada à presente Ata como **anexo XIII** e dela faz parte integrante)-----

----- (O **Parecer** da 1ª Comissão, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos fica anexado à presente Ata como **anexo XIV** e dela faz parte integrante)-----

----- (O **Parecer** da 3ª Comissão, Comissão Permanente de Ordenamento, Território, Urbanismo e Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local fica anexado à presente Ata como **anexo XV** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)**, na qualidade de relatora do Parecer da 1ª Comissão e da 3ª Comissão, fez a seguinte intervenção: ---

----- “Referente a este parecer, tanto na Comissão de Finanças, como na Comissão de Urbanismo, a proposta em si não gerou grande discussão a nível de discordância, digamos assim, naquilo que é apresentado, e aquilo que notamos na Comissão de Urbanismo, uma vez que fiz o parecer das duas comissões, algumas lacunas referente ao projeto apresentado, não em si relativamente à proposta que está em discussão, mas ao projeto inerente a esta proposta, pelo que recomendamos que fosse realizado um debate nesta Assembleia e que o resultado e a discussão desse mesmo debate, depois fosse submetido à Câmara Municipal. -----

----- Uma vez que não houve discordância ao nível do parecer, era somente a recomendação que gostaria de deixar nota. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente** replicou o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada, a Mesa tem dificuldade em interpretar a recomendação da 3ª Comissão no sentido de fazer um debate sobre o planeamento de toda a zona urbanística inerente à Praça de Espanha. Algum dos Grupos Municipais terá que agendar esta matéria com uma proposta em concreto, ou a Câmara agendá-la, porque não é isso que está em causa, o que está em causa aqui é a proposta nº 223/CM/2014.--

----- Se entenderem que tem de ser feito este debate, eu convido os grupos municipais a tomarem a iniciativa, ou alguma comissão tomar essa iniciativa, de propor exatamente quais são os termos do debate e depois veremos em Conferência de Representantes como é que ele se promove, porque um debate assim em genérico, fica demasiado em aberto. -----

----- Isto é uma matéria que gostaria de deixar para ser analisado em Conferência de Representantes para decidir-se qual o formato disto. -----

----- Quanto à questão em si, da desafetação do domínio público para o domínio privado municipal, é isso que temos de votar.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Saldanha (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Praça de Espanha é um espaço aberto de dimensão relevante, encerrado no seu interior por um traçado pesado. -----

----- A confluência das vias, da entrada e saída, e da distribuição, gera volumes de tráfego assinaláveis. Estas circunstâncias condicionam a sua utilização como espaço público, impossibilitando a relação que esta praça deve estabelecer em termos funcionais e vivenciais com a cidade e com os cidadãos. -----

----- A zona da Praça de Espanha tem sido objeto de sucessivos planos e estudos de ordenamento que já remontam 1980, desde o conhecido Plano Salgueiro, 1989, passando pelo estudo prévio para a Praça de Espanha da autoria do Arquiteto Sisa Vieira, e outras deliberações foram tomadas pelos sucessivos executivos, sendo certo que só em Dezembro de 2012, é que a Câmara aprovou a delimitação da unidade de execução da Praça de Espanha para efeitos de submissão à discussão pública. Esta decorreu com base na ponderação das participações apresentadas foram elaboradas os termos de referência conhecidos dos Senhores Deputados, e que delimitou a unidade de execução da Praça de Espanha. -----

----- Esta delimitação propõe a execução de operações urbanísticas com vista à reconfiguração viária e demais infraestruturas da área de intervenção com os objetivos previstos nesses termos de referência conhecidos de todos vós. -----

----- Ora, pensamos nós, Partido Socialista, que com a aprovação desta proposta que visa a desafetação de uma parcela denominada de número trinta e nove, provém de um antigo leito de via pública que já não está ao serviço do público, pelo que a sua desafetação se impõe e visa a requalificação da zona, pensamos nós que é de aprovar porque será certamente o início para que estejam reunidas as condições necessárias para que a muito breve, como se espera, e deixando os longos tempos que remontam as sucessivas discussões sobre esta zona nobre da cidade, como aliás esta Câmara tem vindo a executar, a trabalhar no sentido de resolver todos os problemas da cidade por muito difíceis que eles sejam, ou por muitas resistências que encontram na sua resolução, o certo é que têm conseguido avançar na perspectiva de melhor e requalificar as zonas nobres da cidade, e é isso que o Partido Socialista vê nesta proposta, daí a aprovar, como o primeiro passo para um futuro debate, se assim for considerado, o certo é que entendemos com esta aprovação será dado o pontapé de saída para que de facto, se consiga de uma vez por todas, regulamentar, reformular do

ponto de vista urbanístico essa praça tão emblemática para Lisboa e para os cidadãos de Lisboa. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vou ler, no início da intervenção, parte de um documento já elaborado há vários anos, no âmbito do trabalho do PCP sobre esta matéria da Praça de Espanha. -----

----- ‘A Praça de Espanha teve desde há anos, planos iniciados e abortados envolvendo nos técnicos prestigiados como os Arquitetos João Paciência e Sisa Vieira, deixando um rasto de compromissos agora tomados em consideração em parte, mas estamos perante uma decisão de ordenamento localizado que requiere uma apreciação técnica e política de grande ponderação e é que a figura do plano de pormenor estaria em condições de corresponder, garantindo a possibilidade de participação pública para opção de planeamento urbanístico que ultrapassa muito os impactos locais, alargando-se a toda a cidade a influência de equipamentos, o IPO, por exemplo, a que recorrem populações de outros pontos do país. -----

----- Hoje estamos perante um instrumento que é a unidade de execução que resulta da revisão do PDM, que facilita a vida à Câmara, mas que retira a esta Assembleia, por exemplo, a participação nas matérias de planeamento urbanístico. -----

----- É realmente, nosso entendimento, e foi isso que defendemos nas várias fases deste processo em relação à Praça de Espanha, é necessário efetivamente, fazer a audição pública, tratar destas questões, não em termos de resolução do problema do Montepio e da Lusitania, mas de uma forma global, abrangente, que efetivamente, faça a prevenção. Por exemplo, a construção naquela zona onde esteve o Teatro Aberto, e outras intervenções que estarão previstas, ou estarão a desenhar-se mas que são soltas e que poderão envolver projetos vários, hastas públicas, e portanto, sendo uma zona sensível como é a Praça de Espanha, em nosso entendimento, a solução para a Praça de Espanha é efetivamente o plano de pormenor, e continuaremos a defender isso e por isso, votaremos contra esta proposta que é apresentada. Votamos na Câmara, como votamos em várias situações em que se prevê apenas a solução parcial, imediata, de questões relacionadas com este espaço. -----

----- E, por isso, estamos de acordo, e se assim o entendermos faremos essa proposta na altura em que considerarmos em Conferência de Representantes, na Comissão de Urbanismo, que é desejável e que é a altura própria para haver um debate sobre a Praça de Espanha. E nós acompanhamos esta questão que vem aqui que vem incerta no parecer da comissão para que, efetivamente, nós tenhamos um debate sério, nesta Assembleia, de forma independente, com a Câmara Municipal, com certeza, mas de forma independente, interventiva, para que possamos criar uma solução ideal para aquele espaço tão importante para a Cidade de Lisboa. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A proposta que está em discussão é uma proposta que visa, não só, a desafetação do domínio público para o domínio privado, mas visa mais do que isso, e que já de certa forma foi aqui abordado. -----

----- É uma proposta antiga, que vem dos anos oitenta, que envolvia a Praça de Espanha e a Avenida José Malhoa, e que assim devia ter sido no sentido da elaboração de um instrumento urbanístico e de planeamento, e que o caminho da separação destes dois planos de pormenor, como devia ter sido, ou seja, da Praça de Espanha e da Avenida José Malhoa, foi mau em relação ao plano de pormenor da Avenida José Malhoa, e aquilo que foi encontrado como solução para aquela zona, e foi errada a opção pela unidade de execução e sim o objeto central desta proposta, ou seja, da legalização por parte desta Assembleia Municipal da unidade de execução da Praça de Espanha que, como já aqui dissemos anteriormente, no mandato anterior, pensamos que esta não foi a melhor solução ter-se enveredado pela elaboração de uma unidade de execução para a Praça de Espanha. -----

----- Gostaria de chamar a atenção, também, que é preciso tratar condignamente os vendedores da Praça de Espanha, ou seja, é preciso encontrar um espaço para aqueles vendedores que já foram chamados à anterior vereação. Ver se encontra um espaço condigno para que eles prossigam a sua própria atividade. -----

----- A Assembleia Municipal foi arredada da discussão democrática de planeamento e urbanismo e de intervenção e fiscalização das opções políticas da cidade, e esses são os nossos poderes os quais, nós fomos arredados. Pelo que convidava toda a Assembleia Municipal, todos os Deputados, Grupos Municipais e exercer esses poderes municipais, em particular os Deputados do Partido Socialista e os Independentes, devolvendo esta proposta à Câmara para que os instrumentos democráticos de planeamento venham a esta Assembleia Municipal, deixando cair a unidade de execução. -----

----- Por isso, aquilo que nós queremos propor para esta proposta, e que vamos votar contra, por estes motivos, era que esta proposta fosse devolvida à Câmara e que fossem implementados os instrumentos democráticos de planeamento e os instrumentos de intervenção próprios para a cidade que deve ser a discussão em Câmara, deve ser a discussão nesta Assembleia Municipal e deve ser a discussão pública de tudo o que diz respeito ao planeamento e intervenção na nossa cidade.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Proposta nº 223/2014 submete à Assembleia Municipal, com o argumento da necessidade de requalificação da Praça de Espanha, a desafetação do domínio público para o domínio privado municipal de uma parcela de terreno com mais de 4.800 m². ---

----- Esta zona tem sido sucessivamente objeto de diversos estudos e planos de redesenho urbano, periodicamente refeitos por motivos de inadequação. Os atuais Termos de Referência procuram justificar a reformulação do desenho urbano daquela área, do seu grande espaço central, das acessibilidades e dos quarteirões envolventes a diversos equipamentos culturais e de saúde, tendo como finalidade futura obras de urbanização conducentes à fundação no local de um polo terciário. -----

----- Convém também recordar que se trata de uma zona de confluência e de redistribuição viária, que serve de interface para os transportes suburbanos e de eixo circular alternativo às vias do centro da cidade. A área integra ainda terrenos expectantes, dos quais alguns são propriedade privada. Entretanto, a CML assumiu compromissos com instituições bancárias e de seguros, por estas terem adquirido ao município lotes de terreno e obtido direitos de construção. -----

----- No cerne dos motivos da requalificação do espaço estão assim operações de loteamento a desencadear. Os Termos de Referência apontam ainda para o facto de dois dos prédios alienados pelo município não se afigurarem hoje viáveis, tendo de se proceder a um contrato de permuta com outros lotes futuros. Isto significa que a criação de um novo desenho urbano para a Praça de Espanha ficará ainda dependente da concretização das deliberações que vierem a ser propostas para cada uma das futuras parcelas. -----

----- A CML terá também equacionado soluções que contemplariam criar uma área 'dita' pública para a fixação de atividades de lazer no centro dos vários eixos viários e uma praça superior destinada a peões, ampliando os espaços verdes existentes. Mas não deixa de ser curioso que diga pretender adequar a Proposta aos planos e estudos em desenvolvimento para as áreas contíguas à Praça de Espanha e não o contrário! Refere-se a carência de equipamentos de ensino, para a 3ª idade e de segurança pública, mas que afinal não estão ainda assegurados. Fala-se da demolição de pavilhões e de outros edifícios municipais. Fala-se, em suma, de reconversão urbanística, mas apenas para assegurar a construção das novas sedes das entidades privadas. -----

----- Pergunta-se: as áreas dos transportes coletivos mantêm-se à superfície, passam para subsolo ou saem daquele espaço? Pode o mercado fixo do topo norte ser reabilitado em novos moldes, ou terão os comerciantes de voltar a andar com a casa às costas? Como ficam garantidas as acessibilidades de circulação pedonal em toda a zona? Para quando os equipamentos de ensino, para a 3ª idade e de segurança pública? E se se pretende evoluir para as operações de loteamento urbanístico, pergunta-se se tal não é incompatível com a indispensável prevalência da amplitude visual e espacial? Nada se esclarece. -----

----- Finalmente, quanto às parcelas de que a Câmara Municipal de Lisboa é proprietária, o executivo constatou duas situações: primeiro, a necessidade de desafetação do domínio público para o domínio privado municipal de uma vasta parcela de terreno com a área de 4.867,50 m², segundo, a necessidade de afetar ao domínio público municipal novas vias públicas que foram executadas em área do domínio privado da Câmara Municipal de Lisboa. Então, porque só procura a Câmara Municipal de Lisboa resolver o primeiro caso e omite o da afetação de parcelas ao domínio municipal? Será que na ausência de Planos de Pormenor, para o planeamento urbanístico da cidade tudo funciona, afinal, como uma política casuística e de quase mero facto consumado? -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Já aqui foi dito muitas coisas sobre esta proposta, sobre estes planos de execução, sobre esta mudança de titularidade, do domínio público para o domínio privado da Câmara, mas aquilo que está na base desta proposta é a tal unidade de execução que foi aprovada e por força do PDM não teria necessidade de vir para aprovação nesta Assembleia.-----

----- Mas de acordo com o que estava estabelecido, havia a necessidade de dar conhecimento à Assembleia.-----

----- Os termos de referência, segundo a informação que tive, não foram dados a conhecer à assembleia Municipal em devido tempo.-----

----- Houve, de facto, o debate público que a legislação obriga, e supostamente estariam concluídos os passos necessários para que ela viesse a ser aprovada na Assembleia, ou seja, que esta passagem de titularidade viesse a ser aprovada na Assembleia.-----

----- Acontece que nós, na altura em que esta proposta veio à Câmara, entendemos que ela devia de ter um debate mais profundo, deviam-nos ser explicado, exatamente, qual é o efeito que se pretende com o desenvolvimento desta proposta. E chegamos a uma conclusão muito simples, que esta área é muito sensível e que merece a melhor das atenções, e sobre a qual já houve demasiados planos, demasiadas experiências que não resultaram em nada desde 1980, com avanços e recuos, e nós verificamos nomeadamente na Avenida José Malhoa que o resultado final não é nada agradável, não é nada de nos orgulharmos.-----

----- Portanto, temos de ter uma reflexão cuidada sobre esta zona da Praça de Espanha, não só em relação a problemas concretos que queremos resolver na oportunidade, numa oportunidade que é esta que está a surgir, mas também em relação a toda a área.

----- E daí, a Comissão ao debruçar-se sobre este tema, ter consensualizado haver necessidade de fazer um debate alargado no âmbito da Assembleia Municipal, no âmbito da 3ª Comissão, no âmbito do que fosse entendido sobre todas as perspetivas, sobre todo o planeamento urbano desta importante zona da cidade. Isso será feito por proposta dos partidos, como a Senhora presidente á pouco referiu, poderá ser feito por proposta da própria comissão, ou poderá ser feito por propostas da própria Mesa. Agora o que é fundamental é que não seja uma manta de retalhos, que não seja arranjado aqui e acolá, conforme necessidades objetivas de cada momento.-----

----- Há grandes problemas e verifica-se que é uma coisa pontual. E nós não queremos que se resolva o urbanismo, em zonas tão importantes como esta, de forma pontual. Queremos que seja de forma concertada, alargada porque só assim construímos cidade.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Queria só responder ao repto do BE e dizer que as unidades de execução são figuras do planeamento, juridicamente enquadradas, são usadas pela Câmara Municipal de Lisboa como por outras Câmaras Municipais.-----

----- O que está aqui em causa é uma regularização fundiária da questão do domínio do terreno municipal.-----

----- Agora, o que podemos, e iremos, fazer como Deputados Municipais, como os Deputados Municipais do BE e de outros Grupos Municipais que aqui estejam, é estar, obviamente, atento a estas matérias e fazer o que exatamente, está no parecer que vem anexo a esta proposta e que é pedir, através desta Assembleia, que a zona urbanística inerente à Praça de Espanha seja debatida na Assembleia Municipal. Poderemos e devemos pedi-lo através da Comissão do Urbanismo, e devolver esta análise resultante deste debate, à Câmara Municipal de Lisboa. Isso sim, pode ser promovido pela Comissão de Urbanismo, e julgo que é esse o papel como Deputados Municipais, que poderemos fazer.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em minha opinião, o Deputado Miguel Graça colocou a questão exatamente nos termos corretos.-----

----- As unidades de execução goste-se, ou não, são uma figura prevista no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial para a execução dos planos, não para o planeamento, há aqui uma grande diferença. Os instrumentos de planeamento é o Plano Diretor Municipal, os Planos de Urbanização e os Planos de Pormenor e, inclusivamente, os Planos de Pormenor podem alterar os planos de ordem superior. As unidades de execução são única coisa que podem fazer é executar o plano de ordem superior. E o plano de ordem superior, neste caso, é o Plano Diretor Municipal, que foi aprovado por vossas excelências e que tem, se olharem com atenção, plasmado o princípio base da futura Praça de Espanha.-----

----- Segunda nota que vos queria dar é que nós não estamos a resolver o problema aos bocados. Nós propusemos à Câmara a delimitação de uma unidade de execução, essa proposta foi aprovada por todas as forças políticas com exceção do PCP que votou contra. E aqui quero destacar, de facto, que o PCP é coerente porque sempre foi contra a figura das unidades de execução, mesmo em termos gerais quando se discute política urbanística, e eu já tive oportunidade de fazer essa discussão noutros fóruns, e o que sucede é que esta proposta foi aceite a delimitação da unidade de execução e foi aberta consulta pública e nessa consulta pública, por exemplo, o BE participou na consulta pública, houve várias participações na consulta pública e uma delas é do BE que foi contemplada e foi tida em conta na próprio elaboração do plano.-----

----- Porque é que eu digo que não estamos a resolver a questão aos bocados? Porque nós estamos a dar passos sucessivos, primeiro foi a proposta de delimitação, segundo foi a consulta pública. Necessitamos de fazer uma reestruturação fundiária, como foi referido, e bem, pelo Deputado Miguel Graça. O que se passa é que há uma antiga azinhaga que cruza o jardim central da Praça de Espanha e, portanto, é preciso emparcelar tudo para depois se puder reparcelar. Isto tem um projeto que está a ser trabalhado quanto à implantação dos edifícios e está delimitado na planta de execução que será dado conhecimento à Comissão de Urbanismo, aliás, à assembleia Municipal, porque tem de ser previamente aprovado em Câmara, e o passo posterior será o de fazer um concurso de ideias para o desenho do espaço público da Praça de Espanha,

fazer um estudo que está a ser elaborado pela Direção Municipal de Mobilidade e Tráfego de avaliação, exatamente, das soluções viárias que é possível tomar para garantir a maior fluidez da circulação naquela área. E, por fim, cumprimos um compromisso assumido pela Câmara Municipal de Lisboa, no tempo do Engenheiro Krus Abecassis que permutou terrenos onde hoje estão construídas todas as oficinas municipais nos Olivais, por terrenos na Praça de Espanha e que, até hoje, o Município nunca permitiu que esses terrenos fossem utilizados e que o Montepio e a Companhia de Seguros Lusitania construíssem as suas sedes, porque esses lotes estão em cima de arruamentos públicos, e portanto, é preciso fazer a reestruturação fundiária e é isso que está a ser preparado. Nada está a ser feito às escondidas, os estudos estão a ser feitos. Foi o Plenário da Câmara que decidiu abrir a proposta de delimitação da unidade de execução. Foi a Câmara que propôs que fosse feito o debate público. Neste momento está feito o relatório de avaliação do debate público para levar à Câmara para que a Câmara possa aprovar a delimitação da unidade de execução, e depois todos os outros passos que têm de ser dados sucessivamente. -----

----- A proposta que está cá é pura e simplesmente, para retirar do domínio público um leito de uma azinhaga e integrá-lo dentro de um todo dos prédios municipais que neste momento são de domínio privado não obstante ter uma série de arruamentos que o cruzam, para depois se fazer de novo o reparcelamento de acordo com o desenho final.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente** referiu o seguinte:-----

----- “Terão reparado que o tempo do Senhor Vereador esgotou, o PNPN cedeu tempo, pelo que concluímos, neste momento, o debate sobre a proposta 223/CM/2014, e a Mesa desde já informa que irá promover diligências com o Senhor Presidente da 3ª Comissão Permanente e em sede de Conferência de Representantes para vermos o formato do debate sobre a Praça de Espanha que pretendem fazer em sede de Assembleia Municipal. Portanto, essa matéria, não vamos, agora, decidir aqui porque iremos primeiro estudar qual a melhor maneira de fazer o debate, quais os termos e formato em que ele poderá decorrer no quadro do nosso regimento, e, portanto, a Mesa acata a recomendação do parecer da comissão como uma incumbência sua e não a vai remeter para a Câmara, é uma incumbência da Mesa que fazia diligências no sentido de realizar este debate e então, sendo assim, estamos reconduzidos à proposta 223/CM/2014, nos termos em que ela foi apresentada pela Câmara e é essa proposta que nós vamos pôr à votação. A Mesa vai pôr à votação a **Proposta 223/CM/2014, votos contra** do PAN, PCP, PEV e BE, abstenções do MPT, e os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PNPN e 6IND. Portanto, a proposta foi **aprovada por maioria**.-----

----- Senhores Deputados, concluímos, agora, estes pontos da ordem de trabalhos e estamos em condições para apreciar a **Petição nº 6**, sobre a Escola Básica do Parque das Nações, 2ª fase, foi entregue na Assembleia Municipal com quatro mil e nove assinaturas, nos termos do nosso Regimento todas as petições com mais de duzentas e cinquenta assinaturas devem ser debatidas em sede de Plenário, como estamos a fazer agora aqui, e o Regimento prevê também que seja dado, no debate destas petições, a

primeira palavra é dada ao representante dos peticionários que tem dez minutos para fazer a sua apresentação.-----

----- O primeiro subscritor desta petição foi o Senhor Deputado José Moreno, que nessa qualidade não vai usar da palavra porque falará aqui como Deputado. -----

----- Eu falei com a Associação de pais que foi a entidade que promoveu, também, este abaixo-assinado e o Senhor Alexandre Marvão apresentou-se na qualidade de representante dos subscritores para poder usar da palavra neste Plenário. É isso que vamos fazer. Peço a vossa atenção para o Senhor Alexandre Marvão da associação de Pais da Escola Básica do Parque das Nações, e que irá fazer uma apresentação em *PowerPoint*, para a qual peço a vossa atenção.” -----

----- **PONTO 3 – PETIÇÃO Nº 6/2014 – APRECIAR A PETIÇÃO “ESCOLA BÁSICA DO PARQUE DAS NAÇÕES – 2ª FASE JÁ!”, AO ABRIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; (68 MINUTOS – 2 X GRELHA BASE + 10 MINUTOS PARA OS PETICIONÁRIOS)** -----

----- (A **Petição nº 6** fica anexada à presente Ata como **anexo XVI** e dela faz parte integrante)-----

----- (O **Parecer** da 7ª Comissão, Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto fica anexado à presente Ata como **anexo XVII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Alexandre Marvão** na qualidade de representante dos subscritores, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa Tarde, Senhora Presidente, Senhores Deputados, Vereadores, Presidentes de Junta, Senhores e Senhoras. -----

----- Não sendo a primeira vez que a APEPN, Associação de Pais da Escola Parque das Nações, se apresenta nesta Assembleia para falar do tema da construção da 2.ª fase de construção da Escola Parque das Nações, e é com grande honra que desta vez vimos fazer a nossa intervenção, não no período dedicado as intervenções iniciais publico, mas sim, para intervir num dos pontos da ordem de trabalho...Demonstrando assim que vale a intervir e insistir, para nem que seja subir mais um degrau no caminho que só poderá levar ao inicio e finalização da Escola Básica Parque das Nações. Temos perfeita noção que não é da competência desta Assembleia a decisão da construção mas será muito gratificante ver esta Assembleia unanimemente juntar-se no apelo à finalização desta escola e temos noção igualmente que a construção da Escola não é a solução para todos os problemas do parque escolar da freguesia Parque das Nações, mas com toda a certeza será um passo bastante grande para a comunidade. -----

----- Começo por agradecer a Sra. Presidente, Arq. Helena Roseta, pela forma como acolheu esta petição e igualmente ficamos muito agradados por ver vários deputados nesta Assembleia que a convite da Junta de freguesia se interessaram em inteirar *in loco* das circunstâncias que justificavam tanto preocupação e agitação entre os Pais. ---

----- Gostaria de iniciar o meu tempo de intervenção realizando uma pequena apresentação e resumo histórico, repetido para alguns mas reforçando os pontos

fulcrais que nos trazem, quatro mil e nove peticionários através da minha pessoa, hoje aqui.-----

----- O projeto Expo 98 nasce num momento privilegiado e onde se apregoa a execução de uma nova cidade, dentro da cidade, com condições únicas, urbanísticas e sócias.-----

----- Neste plano estavam projetadas três Escolas Básicas e uma Secundaria. -----

----- As escolas básicas, respeitando critérios de proximidade, foram distribuídas pelo território. -----

----- Em 1999 é inaugurada a primeira escola, Escola Básica Integrada [1|2|3] com Jardim de Infância Vasco da Gama. Com dez anos de atraso iniciasse a construção da segunda escola, a Escola Básica Integrada [1|2|3] com Jardim de Infância Parque das Nações. -----

----- Das outras duas escolas para já não há notícias, tido sido já informados que pela parte da Câmara municipal de Lisboa o projeto da 3.º escola básica já se encontra em estudo...mas centremo-nos no que hoje nos trás a esta Assembleia. -----

----- Há altura o dono do terreno e promotor da Escola Parque das Nações era a Parque Expo gestão, que através dos seu recursos próprios em 2009 dá início ao projeto com critérios muito restritivos de custos. Em traços gerais os custos máximos impostos foram de metade do que se praticava na altura. -----

----- Os projetos de arquitetura e especialidades são executados, aprovados, e é realizado projeto de execução e caderno de encargo.-----

----- Em face da urgência da ampliação do parque escolar e colmatar os atrasos no desenvolvimento do projeto global do parque escolar, culminando em sucessivos anos de sobrelotação da Escola Básica Vasco da Gama e listas infindáveis de crianças não admitidas, o projeto da Escola Básica Parque das Nações foi concebido e a programação da sua obra planeada, de forma, a possibilitar a sua construção em duas fases – a 1.ª fase a concluir até dezembro de 2010 e a 2.º fase a concluir até ao fim do mês de agosto de 2011 –, a tempo da sua abertura para o ano letivo 2011|2012. -----

----- A 1.ª fase da obra da Escola Básica Integrada Parque das Nações, marcado a vermelho, decorreu durante o ano de 2010, tendo sido inaugurada no dia 17 de dezembro de 2010, tendo as aulas tido início, nesse edifício, no dia 3 de janeiro de 2011 – primeiro dia de aulas do 2.º período do ano letivo 2010|2011.-----

----- Os alunos a inaugurar a Escola Parque das Nações tinham iniciado nesse, ano letivo, as suas aulas em monoblocos implantados no recreio da Escola Básica Vasco da Gama. -----

----- Na 1.ª fase da obra foram construídas 4 salas para o ensino pré-escolar, 8 salas para o 1.º ciclo do ensino básico, 1 sala para as atividades de ensino da música e uma pequena sala polivalente; -----

----- Na 2.ª fase, que deveria ter início de construção ainda durante a finalização da obra da 1.ª fase, seriam construídas todas as restantes salas de aula para os dois ciclos do ensino básico, o refeitório, a biblioteca, o auditório e as instalações desportivas; em suma, todos os espaços comuns e equipamentos comuns essenciais ao regular funcionamento de um estabelecimento escolar. -----

----- Em 2011, a segunda fase não teve início e desde então nada mais sucedeu. -----

----- Inúmeros constrangimentos graves e carências, durante estes quatro anos de funcionamento, têm marcado de forma significativa as crianças. -----

----- Não podemos deixar de louvar o esforço e dedicação de Professores, Auxiliares, Direção do Agrupamento Eça de Queiroz e CML em proporcionar aos nossos filhos um ensino digno, mesmo que sem as condições mínimas exigíveis por lei. -----

----- Dos vários constrangimentos graves que a população escolar se depara diariamente a falta de soluções físicas de espaço, exterior ou interior, podem levar a situações tão graves como crianças chegarem a permanecer onze seguidas na sala de aula, por falta de espaço exterior ou espaços interiores comuns onde possam exercer as atividades normais de um dia de aulas...brincar numa área “livre” durante os intervalos. -----

----- Entre muitos outros constrangimentos legais ao regular funcionamento da escola, compreensíveis ou toleráveis num cenário provisório de faseamento de obra, temos: ---

----- A área exterior de recreio existente hoje foi a projetada e legalmente exigida para quatro turmas do pré-escolar, cem crianças. Hoje em dia tem que conviver ordeiramente mais de trezentas e vinte e cinco crianças dos três aos dez anos. Ou seja, mais de três vezes inferior ao admissível e exigível por lei. -----

----- Não há refeitório por se encontrar projetado no edifício da 2.^a fase e somente graças ao esforço da Direção do agrupamento e da CML em encontrar soluções que colmatassem esta falta grave foi possível ao longo destes quatro anos que as crianças do 1.º ciclo tivessem um local improvisado para comer mantendo as crianças do Jardim de Infância a comer dentro das salas de aula. Este ano foi alcançada uma solução provisória mas digna através da instalação de três Monoblocos possibilitando que todas as crianças consigam almoçar em dois turnos, em cento e vinte lugares sentados. Não se conseguindo ainda evitar que as refeições sejam servidas por uma empresa de *catering* externa, o que não traria nenhum problema se fosse possível aquecer as refeições no momento de serem servidas. Tal não é possível e continuam a ser servidas em cuvetes fechadas hermeticamente a quentes, três a quatro horas antes de serem servidas. Podem fazer ideia do estado do conteúdo no momento da refeição. -

----- As salas não têm ventilação nem renovação de ar, quente ou fria, visto os equipamentos de AVAC se encontrarem na 2.^a fase. Por outro lado é praticamente impossível ter as janelas abertas. -----

----- Não há ginásio ou campos de jogos exteriores, que permita a pratica de nenhum tipo de desporto escolar. -----

----- Não há anfiteatro ou sala polivalente com dimensão para desenvolver atividades artísticas, ou durante o inverno, na impossibilidade de ter um espaço coberto para poderem sair das salas de aulas. -----

----- Não há biblioteca, sendo que este ano, por grande insistência da Direção juntos da tutela será inaugurada a biblioteca da escola, numa sala improvisada no 3º piso. Antiga sala de refeições. -----

----- Por quanto tempo esta situação pode perdurar mais? Estaremos de volta ao tempo do eterno provisório? Foi construído, faseado mas está provisoriamente acabado. -----

----- Este ano o Parque Escolar do Parque das Nações atingiu o ponto de rutura total. 78 Crianças ficaram inibidas de prosseguirem os seus estudos na escola que lhes foi oferecida como a escola integrada [1|2|3] e foram obrigadas a serem deslocadas para outra escola do agrupamento, sendo que a única disponível com vaga é a Escola Secundaria Eça de Queiroz. Esta situação preocupa bastante os pais e encarregados de educação dos alunos das 3 turmas do 4.º ano, e começa igualmente a preocupar os pais e encarregados de educação das 3 turmas do 3.º ano, uma vez que não é claro que seja possível assegurar a progressão dos estudos por parte destas crianças em nenhuma das escolas do agrupamento Eça de Queiroz, caso a situação se mantenha. Estaremos a falar em cerca de cento e cinquenta e seis crianças. -----

----- Salientar que foram abordadas outras alternativas dentro da freguesia dos Olivais, por parte da DGESTE, algumas que até agradariam bastante alguns Pais, mas ao contrário do que se possa pensar não existem vagas em todas as escolas vizinhas.-----

----- Outros Factos: -----

----- - Foram investidos cerca de 3 milhões de euros na 1.º Fase; -----

----- - Faltam investir menos de 6 milhões de euros em estimativas atualizadas; -----

----- - O valor para a construção da 2.º Fase está orçamentado a 3 anos, pode ocorrer que por falta de execução orçamental ele não venha a ser contemplado no orçamento de 2015; -----

----- Se a 2.ª fase não for executada, com todas as carencias e incumprimentos legais, o que irá suceder à 1.ª fase? -----

----- - O Terreno é outra das justificativas mais caricatas e divulgadas para a impossibilidade de construção da 2.ª fase. De quem é a propriedade do terreno?-----

----- Segundo o Diretor da DGESTE é necessário adquirir o terreno de propriedade da Parque Expo Imobiliária, avaliado em 1,3 milhões de euros ou esperar que passe definitivamente para o tesouro. -----

----- Nós diríamos que se houvesse interesse o Ministro da Educação e Ciência já poderia ter feito o telefonema, o telefonema da vida de inúmeras crianças, para o seu colega do Ministério do Ambiente, que tutela a Parque expo imobiliária, sabemos que a parque expo tem autonomia mas também tem tutela e a quem responde, a solicitar a cedência do terreno, acho que não há duvida que é para utilidade publica, ou ainda somente pedir a autorização para que se construa a escola, que já tem projeto aprovado, devera já ter autorização previa pela parque expo para a construção. -----

----- Em resumo, vivemos num bairro envolto na aura da perfeição, onde o coeficiente de localização para o cálculo do IMI é dos mais elevados mas onde os serviços públicos mínimos têm vindo a ser esquecidos e onde ao contrário do resto do País existe um aumento de demográfico. -----

----- O que pedimos aos Senhores Deputados é um voto unânime por estas crianças que merecem um ensino de excelência, e um voto unânime nas duas recomendações da 7ª Comissão mesmo sendo que a segunda recomendação acabe por vir já um pouco atrasada porque, felizmente, já temos uma solução em vista, mas, achamos nós, que reforça a possibilidade de com o esforço de todos minimizar as contingências do momento.-----

----- Agradecemos mais uma vez esta oportunidade e o vosso apoio.”-----

----- **A Senhora Presidente** agradeceu:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Eu pedia-lhe depois autorização para publicar na íntegra, no site, a sua apresentação e agradecendo a sua intervenção, iria pedir à Senhora Presidente da 7ª Comissão, ou ao relator, se podem apresentar as conclusões do parecer da comissão que apreciou esta matéria. A Senhora Presidente da 7ª Comissão tem a palavra.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Quem apresentará será a Deputada Municipal Ana Gaspar.-----

----- Eu só queria dizer que mais depressa do que fizemos o relatório, não era possível. E, portanto, custou-me um bocadinho o Presidente da Associação de Pais dizer que as nossas recomendações estavam atrasadas. A Assembleia fechou no mês de agosto, e isto foi-nos entregue em julho, e nós em julho entregamos o relatório, portanto, não percebo porque é que estamos atrasados.-----

----- Muito obrigado. Muitas felicidades. E que consigam fazer a 2ª fase da escola tal como nós propomos e recomendamos.”-----

----- **A Senhora Presidente** disse:-----

----- “Vejo ali o Senhor Alexandre com a mão no ar a pedir a palavra, mas já não lha posso dar. Ele disse que estava atrasada mas não era em relação ao vosso trabalho, mas sim em relação à prioridade das crianças.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** na qualidade de relatora da 7ª Comissão, fez a seguinte intervenção:-----

----- “A escola é sem dúvida um grandíssimo espaço de pertença, de aquisição de conhecimentos, partilha de afetos e domínio social.-----

----- O acesso à escola tem de ser assumido por quem a tutela, o Ministério da educação.-----

----- Saudando novamente, a Petição, dizer-vos que o Parque das Nações tem, naturalmente, como qualquer outro bairro de Lisboa, o direito, e o dever, de reivindicar o melhor para os seus filhos. Esperamos que seja na formidável escola pública portuguesa que esse melhor seja encontrado.-----

----- O protocolo entre a DREL, a Câmara Municipal e o Parque das Nações prevê a construção da 2ª fase da Escola do Parque das Nações, como já foi referido, e tem naturalmente, de ser cumprido.-----

----- A Câmara Municipal, na pessoa da Vereadora Graça Fonseca, tem, estado em contacto com a DREL, atual DGESTE, neste sentido e colocou monoblocos para minimizar os danos causados.-----

----- Esta Assembleia municipal aprovou já, também, uma recomendação e uma moção nesse sentido. Que o Ministério da Educação dê resposta a estes cidadãos, conforme referido nas conclusões da nossa análise, até porque o Orçamento de Estado contém uma verba para a sua execução. Como solução provisória enquanto ainda não está construída esta 2ª fase da escola, propomos o recurso que nos parece evidente a

escolas de proximidade, escolas mais próximas que são a sede do agrupamento das escolas do Parque das Nações, ou seja, a Escola Eça de Queiroz, ou o recurso ao Agrupamento Fernando Pessoa, respeitando assim o espírito de escola de proximidade a que a petição refere com total pertinência. Estas escolas são capazes e há aqui uma engenharia entre as escolas que pode permitir que estes meninos estejam perto da sua área de residência, não necessariamente, no bairro estrito, mas o bairro tem hoje em pleno século um sentido de fraternidade e de aprendizagem muito lato e é isso que desejamos para as crianças do mundo inteiro e, naturalmente, para o Parque das Nações. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Moreno (PNPN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Estamos aqui uma vez mais, para reiterar aquilo que já foi dito mais do que uma vez, nesta Assembleia, a necessidade e a urgência de construção da 2ª fase da Escola Parque das Nações. -----

----- Julgo que a apresentação que foi feita aqui, pelo Presidente da Associação de Pais, é bem elucidativa da necessidade e da urgência, de facto, da conclusão desta obra. -----

----- Lamentamos que, apesar de já ter sido aprovada aqui uma moção, uma recomendação, nesta Assembleia, de ter havido já muitas intervenções junto do Governo no sentido de alavancar a construção desta fase da escola e que já está prometida desde o início em que já foi protocolado a construção da 1ª fase, e que estejamos no momento zero da construção da 2ª fase. -----

----- Nós, Junta e eu, pessoalmente, temos feito algumas diligências junto do Governo no sentido de obter uma resposta relativamente a prazos, eventuais prazos, de início da obra e continuamos a ter, do lado de lá, apenas como resposta que existe vontade e determinação por parte do Governo em construir a escola que assume como sendo da sua responsabilidade, todavia diz que existe um protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa que entende que, também, tem alguma responsabilidade, e eu compreendo e defendo que a Câmara Municipal de Lisboa, tal como a Junta de Freguesia, ainda que não seja ao nível moral, digamos, o dever de se interessar por este projeto, que deverá fazer alguma coisa. Dizem-nos do Governo, bom, temos de facto, um protocolo com a Câmara no sentido de a Câmara vir a assumir a construção da escola, recebendo como contrapartida aquilo a que tem direito pela execução dessa obra. Todavia, há aqui questões jurídicas a dirimir com este acordo e enquanto elas não estiverem resolvidas, nada se pode fazer. -----

----- Ora bem, andam a empurrar de uns para os outros, do Governo para a Câmara, e da Câmara para o Governo. Temos de sair deste impasse, temos de resolver esta situação. Da parte da Junta há o empenho, há a vontade, há a determinação para fazer tudo o que estiver ao nosso alcance no sentido de mobilizar as vontades para que se resolva este problema, mas apenas as vontades, porque os meios financeiros e de outra ordem, que são necessários para desenvolver um projeto desta natureza, obviamente não são competência da Junta de Freguesia. Agora, naquilo que depender de nós, nem

que seja como catalisador de vontades, digam-nos Câmara Municipal e o Governo e nós faremos a esse nível.-----

----- Vamos todos empenharmo-nos, de facto, na resolução deste problema. -----

----- Há aqui Deputados da Assembleia da República, vamos todos dar uma resposta a estes pais que ano após ano vivem aflitos esta situação e que se vai agravando, não como diz o relatório da Comissão, enfim, com todo o respeito, desde 2009, mas desde 2000, ou seja, o único ano em que não houve problemas nas admissões das crianças no Parque Escolar do Parque das Nações foi em 1999, em que foi o ano de inauguração da Escola Vasco da Gama, ou seja, desde 2000 que existem problemas ali, há catorze anos e continua a agravar-se de ano para ano. É sempre angustiante nesta altura do ano, em que devia de ser um tempo de descanso em que todos vamos de férias, um tempo de angústia para centenas de pais do parque das Nações. Vamos acabar com estas angústias.-----

----- Finalmente, queria dizer que, pese embora, o PNPN discordar dos considerandos, pelo menos alguns dos considerandos do parecer da 7ª Comissão, irei votar favoravelmente os dois pontos que vão ser votados nesta Assembleia, apesar de algum deles, como de resto o Presidente da Associação de pais também já aqui referiu, neste momento, estar um pouco fora de tempo, e eu creio que era aí, era a esse aspeto que ele se referia, quando referiu que vinha um pouco atrasado e não propriamente ao tempo de execução do relatório. -----

----- Tenho dito.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Caldas (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Quero cumprimentar os peticionários como sempre, o exercício vivo da cidadania, aquele que não se faz apenas de quatro em quatro anos, é aquele que merece o nosso mais folgado elogio. E por isso, cumprimentar o Presidente da associação de pais, e também o primeiro peticionário e também Presidente da Junta de Freguesia do Parque das Nações, José Moreno, que acabou de usar da palavra e que esteve na 7ª Comissão desta Assembleia Municipal a prestar esclarecimentos a propósito desta petição. -----

----- A minha intervenção refere-se ao tempo que foi o tempo da Assembleia municipal para a elaboração deste parecer, portanto, não vou referir que a informação que acabamos de receber fresca e que revela um qualquer atraso a propósito dos trabalhos que desenvolvemos, nós trabalhámos sob a realidade que nos foi apresentada e é sobre ela que estou aqui em condições de me debruçar. -----

----- É evidente que já tivemos aqui oportunidade para exprimir por diversas vezes uma forte solidariedade com a Freguesia do Parque das Nações e os seus moradores, a propósito da necessidade de dotar esse espaço da cidade de um equipamento escolar que permita que as crianças encontrem num contexto de proximidade, todo o percurso escolar a que têm direito e ao qual têm uma fortíssima expectativa em função dos compromissos que foram assumidos, quer pelo Governo, quer pela Câmara Municipal, no sentido de dotar a Escola do Parque das Nações de um 2ª fase que lhes permita acolher no desenvolvimento da fase escolar para a qual deviam, agora,

encontrar espaço. E, portanto, essa solidariedade é total, e a 7ª Comissão, e o Partido Socialista, na 7ª Comissão e neste Plenário, sempre tudo fará no sentido de os problemas que foram identificados até aqui e que têm atraso na obra, possam ser resolvidos e que este problema encontre uma solução efetiva. -----

----- Naquilo em que não acompanhamos os peticionários é na solução de curto prazo que apresentaram no texto da petição e que passava por colocar aquelas crianças, transitoriamente e até que o problema estivesse resolvido, em equipamentos do setor particular e cooperativo. Nesse domínio não estamos de acordo porque entendemos que um problema de políticas públicas de educação deve ser resolvido através de políticas públicas de educação. E, portanto, o problema de encontrar no contexto de razoável proximidade, pode não ser como disse e bem a Deputada Ana Gaspar, um contexto de proximidade estrita da vivência interna do bairro, mas de uma proximidade relativa numa vizinhança próxima, é um problema essencialmente de transporte escolar na nossa opinião, e é isso que as conclusões da Comissão apontam e é esse o sentido da nossa concordância com as conclusões desse parecer subscrito pela Deputada municipal Ana Gaspar e que acolhe aquilo que foi a intervenção do Partido Socialista na Comissão e que continuaremos a acompanhar. -----

----- Com efeito, a solução transitória apela a medidas e a soluções transitórias, e o problema da deslocação ou da distância destas crianças em relação ao equipamento escolar em que devem continuar o seu percurso, é um problema, essencialmente, na nossa opinião, de transporte escolar. Mas continuaremos a acompanhar este problema porque entendemos que do ponto de vista estrutural a solução é a realização das obras da 2ª fase da Escola Básica do Parque das Nações. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nós já discutimos esta matéria, aqui, várias vezes. E pelo menos, uma vez, eu já o disse que é preciso olhar para aquilo que foi o projeto da Expo 98, e dos negócios, e dos avanços civilização que este projeto configurou. Mas na realidade, há uma falha tremenda nesta área da educação. Há uma sobreocupação do espaço ao longo dos anos, na construção excessiva, na especulação, mas não houve por parte das entidades com responsabilidades na zona, não houve as atitudes de desenvolvimento que se impunham. E esta questão da construção da 2ª fase é uma evidência sobre essa matéria e sobre a incapacidade do Governo, dos Governos, do Ministério da Educação, resolverem problemas que são graves. -----

----- Neste ano letivo 2015/2016, no ano letivo 2014/2015, foram setenta e oito alunos para fora do Parque das Nações. Mas no ano letivo 2015/2016, a previsão é que irão ser cento e cinquenta e seis alunos a saírem para outras escolas se houver condições de os integrar noutras escolas daquela região, digamos assim, de Lisboa. -----

----- A 2ª fase da construção está prevista que seria agosto de 2015, portanto, quatro anos depois da data prevista. -----

----- E na realidade no Orçamento por ações do Ministério da Educação, deste ano, está uma dotação de cinco milhões e cento e oitenta e dois, quatrocentos e oitenta

euros para início da obra e, portanto, a obra não foi iniciada. E põe-se aqui a questão da propriedade do território. Tantos anos para definir qual é que é a propriedade? É o Ministério do Ambiente? O que é que leva a não se concertarem para realmente ser construída esta segunda fase? É a guerra à Câmara Municipal? Mas a Câmara municipal cumpriu aquilo que estava acordado, protocolado, com aquilo que tinha a ver com o primeiro ciclo. O segundo e o terceiro ciclo são da responsabilidade do Governo Central, do Ministério da Educação e, portanto, é o Ministério, e claramente, esta Assembleia tem de dizer isto. A Câmara tem de dizer isto porque, mesmo com atitudes firmes será difícil resolver este problema. Mas se não houver atitudes firmes por parte dos órgãos municipais de exigência, ou os peticionários que foram quatro mil e nove subscritores, com os peticionários, com a população do Parque das Nações para que efetivamente, seja resolvida toda esta questão. -----

----- Gostava de chamar a atenção que, efetivamente, consta do parecer o relatório sobre a petição 1.5 que se pretende que o Ministério celebre um protocolo com as escolas particulares do bairro até à conclusão da 2ª fase da escola. Isto foi enunciado pelo Deputado José Moreno na reunião com a Comissão, mas não merece o acordo pelo menos do PCP, e creio que, também, de outras forças políticas porque aqui, efetivamente, o Ministério tem de concertar para integrar os alunos que não são integrados na zona, na freguesia, noutras escolas, escolas públicas, e resolver esta questão que é uma questão de premência e, volto a dizer, exige a firmeza desta Assembleia e exige a firmeza da Câmara Municipal. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Relativamente à questão da petição aqui apresentada, o BE, obviamente, apoia esta petição que reflete uma preocupação que tem sido apresentada várias vezes aqui nesta Assembleia, não só pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Parque das Nações, mas também por outros grupos parlamentares, e que desta vez está plasmada pela petição da Associação de Pais, portanto, parte da população do Parque das Nações. -----

----- É inaceitável, de facto, que existam equipamentos escolares fundamentais para qualquer sociedade para o avanço de qualquer região, que estejam nas condições em que aquelas estão neste momento, obras inacabadas, não há bibliotecas, espaços de apoio, espaço livre é insuficiente e está em más condições, e o espaço de refeição das crianças devia de ser mais digno do que aquilo que é neste momento. -----

----- Nesse sentido, aquilo que gostaríamos de deixar registado tem a ver com a visita feita pelo BE a este local e também em sede de assembleia da Republica já questionamos o Ministro da Educação sobre este tema e continuamos sem resposta. ----

----- Foi apresentado um projeto de resolução neste sentido em junho de 2014, no sentido da conclusão da 2ª fase das obras será reforçado neste novo ciclo parlamentar, e além destes esforços que devem ser envidados, também, na Assembleia da Republica, também aqui deixar este apelo e que esta petição tenha a

força também aqui na Assembleia Municipal que tem junto da população do Parque das Nações para que as obras sejam concluídas. -----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Luísa Aldim (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “O CDS-PP começa por congratular os peticionários por esta iniciativa. E estamos solidários com esta problemática apresentada e queremos colaborar na solução possível. -----

----- Como sabemos, a zona envolvente do Parque das Nações tem sido das zonas de Lisboa que apresenta maior crescimento populacional e, como tal, é merecedora de condições básicas para a consolidação cívica dos seus habitantes, sendo a educação primordial para o estabelecimento familiar e conseqüente desenvolvimento económico da região em causa. -----

----- No entanto, não devemos esquecer o passado e perceber que a construção desta nova fase não depende, apenas, do Governo. Ainda assim, o CDS-PP, na pessoa do Senhor Vereador e também Deputado na Assembleia Municipal, João Gonçalves Pereira, foi a primeira força política que questionou o Ministro da Educação acerca deste atraso da construção da 2ª fase da Escola Básica Integrada do Parque das Nações, tendo sido recebido a resposta expectável, tendo em conta a situação do país na altura, não existiam fundos disponíveis para tal. Agora, em 2014, verificamos no Orçamento por ação da Direção Geral de Planeamento e Gestão Financeira do Ministério de Educação e Ciência, também integrado no Orçamento de Estado para 2014, foi dotada a verba de cerca de cinco milhões de euros para iniciar esta obra de construção da 2ª fase.-----

----- Assim, acreditamos que, em breve, a construção será iniciada.-----

----- Mas a questão que colocamos, tal como os peticionários, é se estas obras irão estar concluídas a tempo de ser possível integrar as turmas já em 2015? Infelizmente, parece-nos pouco provável e, como tal, é urgente pensar já na solução. -----

----- O CDS-PP defende que a solução temporária mais eficaz passa pela celebração de protocolos com outros agrupamentos públicos da zona geográfica mais próxima, como é o caso do agrupamento dos Olivais, de forma a integrar todos os alunos, atempadamente. Se não for possível, deverá realizar-se uma pesquisa sobre a área de residência dos alunos já que sabemos que nem todos são moradores no Parque das Nações, e tentar integrá-los nos respetivos agrupamentos de escolas mais próximas da sua área de residência.-----

----- Sabemos que tal alteração poderá provocar algum desconforto aos alunos e encarregados de educação, pelo que deverão ser organizados e colocados à disposição meios de transporte para minimizar inconvenientes de deslocação para distâncias maiores. -----

----- O CDS-PP recomenda e subscreve que esta Assembleia questione o Ministério sobre a expectativa real da conclusão da 2ª fase da obra de construção da Escola Básica Integrada com jardim-de-infância, sendo que no caso, caso a data não corresponda à proposta pelos peticionários, data de trinta e um de agosto de 2015, que

sejam diligenciadas, de imediato, as medidas de integração de todos os alunos em situação irregular e garantir o acesso à educação mesmo que noutros agrupamentos. ---

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em primeiro lugar, em nome do Grupo Municipal do Partido Ecologista «Os Verdes» saudamos a petição nº 6/2014, intitulada “2ª FASE JÁ” e os mais de quatro mil peticionários que subscreveram esta petição promovida pela Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Básica e Jardim de Infância do Parque das Nações.-----

----- Numa primeira fase, a escola do Parque das Nações foi construída e inaugurada no dia 17 de Dezembro de 2010, mediante o protocolo assinado entre a CML, o Ministério da Educação e a Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, tendo começado a haver aulas nesse edifício no 2º período do ano lectivo 2010/2011.--

----- Esta petição surge porque após esta primeira fase, a segunda fase, que deveria estar concluída até ao fim do mês de Agosto de 2011 e que previa a construção das restantes salas de aula para os três ciclos do ensino básico, o refeitório, a biblioteca, o auditório e as instalações desportivas, continua ainda hoje por construir por responsabilidade do Ministério da Educação.-----

----- Isto, apesar de o projeto de execução para esta 2ª fase estar há muito concluído e aprovado e mesmo havendo uma verba cabimentada no Orçamento de Estado de 2014 para este projeto.-----

----- Esta situação faz com que, devido à falta de salas, quase 80 crianças tenham que ser transferidas para outra escola, com todos os transtornos inerentes a esta deslocação, o que é inaceitável e em nada vai ao encontro do espírito da escola de proximidade.-----

----- É inadmissível que estas crianças não possam continuar os estudos na escola onde fizeram os primeiros anos de ensino, porque a sua escola está inacabada e continua à espera que o Ministério da Educação se decida a desbloquear esta situação.

----- Para agravar esta situação temos ainda o facto de haver uma outra escola, a única escola do bairro com 2º Ciclo e que neste momento já funciona em turno duplo, com o dobro da capacidade prevista.-----

----- No entendimento de «Os Verdes» esta situação causada pela inércia e desresponsabilização do Ministério da Educação tem de ter uma solução célere e o Ministério tem obrigatoriamente de cumprir o que ficou estipulado no protocolo, concluindo a 2ª fase da Escola do Parque das Nações.-----

----- Até lá, o recurso terá de passar pelas escolas públicas, desde que apenas de forma temporária e desde que estejam assegurados os meios de transporte.-----

----- É, pois, fundamental que a 2ª fase da construção da escola se inicie quanto antes, pois quanto mais tempo passar maiores serão os transtornos causados aos alunos e aos encarregados de educação, principalmente quando se fala numa zona da cidade de Lisboa onde, devido ao aumento constante de população em idade escolar, a oferta educativa é manifestamente insuficiente.-----

----- Para terminar, queria voltar a saudar a presente petição e os seus peticionários e dizer ainda que perante toda esta situação inadmissível acompanhamos as preocupações dos pais e encarregados de educação dos alunos da Escola do Parque das Nações e defendemos que estas crianças têm direito a estudar numa escola pública de proximidade, com condições, sendo para isso fundamental a construção deste equipamento. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em primeiro lugar, o PSD saúda os peticionários e reconhece neste instrumento de petição um meio democrático e uma forma de valorizar não só o nosso trabalho, como também, através desta Assembleia, tentar resolver, ou minimizar, alguns problemas que põe à população em Lisboa. Portanto, é de louvar e é de estimular este sistema e este instrumento para que a Assembleia possa intervir de uma forma mais eficaz. -----

----- Estamos perante dois problemas. Um problema tem a ver com aquilo que não está a ser feito, e que devia ter sido feito e que é a conclusão da 2ª fase da Escola do Parque das Nações, e dos complementos à escola, o pavilhão, a parte desportiva, cantinas, etc., e o outro problema é a situação atual que mesmo que isto de vá verificar, a construção, já de imediato, não estará pronto, com certeza, nem neste ano, nem no próximo ano letivo. -----

----- Portanto, em relação à 1ª fase, em relação à primeira questão, e que é a conclusão da 2ª fase, como aliás já aqui foi dito, aliás, na Comissão onde foi amplamente discutido é forçoso que esta Assembleia tenha uma posição forte junto do Ministério, junto da Câmara, para que se entendam para que o problema seja resolvido, como aliás, muito bem disse o Senhor Presidente do parque das Nações. É preciso é que rapidamente, se utilizem todos os instrumentos, e pelos vistos há meios financeiros para isso, todos os instrumentos para que rapidamente se implementem as obras da construção da 2ª fase para ver se as mesmas são concluídas o mais rapidamente possível. -----

----- Em relação à segunda questão, aquilo que se vai verificar este ano, e para o ano, é de facto tentar resolver este problema, é verdade, não será da mesma forma mas utilizando os meios públicos que estão à disposição dos alunos que têm, naturalmente, de continuar as suas atividades escolares. E esses meios públicos, segundo a informação que me foi dada, são competentes e razoáveis para poder acolher estes jovens que não têm, por força da falta de instalações, não têm lugar na escola do Parque das Nações. -----

----- E para que isto possa ser resolvido de forma eficaz e sem prejuízo para as famílias, é que haja transportes escolares em número e qualidade suficientes para que garantam esta mesma situação. -----

----- Em função disto, o PSD irá votar as duas questões que são postas à votação, e recomenda, mais uma vez, que haja um entendimento rápido entre a Câmara e o Ministério da Educação para que isto se resolva, porque se há algum problema que

desconhecemos que esse seja resolvido o mais rapidamente possível. Temos que resolver os problemas para bem da cidade, dos alunos, dos pais e para nosso descanso, também. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Queria responder em nome da minha colega, a Vereadora Graça Fonseca, referir que a Câmara Municipal de Lisboa já mostrou disponibilidade para acordar com a Administração Central uma solução para construir a escola.-----

----- A Câmara Municipal está disponível para contratar a empreitada, mas para isso era necessário que o Ministério da Educação transferisse as verbas que estão inscritas no Orçamento de Estado para a Câmara Municipal.-----

----- Nós já enviamos vários ofícios ao Ministério da Educação e não obtivemos qualquer resposta.-----

----- Portanto, da Câmara Municipal existe todo o interesse e toda a disponibilidade para acelerar a segunda fase da construção da 2ª fase da Escola do Parque das Nações.”-----

----- **A Senhora Presidente** agradeceu e avisou o seguinte:-----

----- “Neste momento temos a petição e as conclusões do parecer da 7ª Comissão que eu vou passar a ler, e que são as seguintes: ‘considerando o exposto e as opiniões formuladas no decorrer da Reunião, na Comissão saúda a Petição e recomenda; firme alerta ao Ministério da Educação para que seja concluída a 2ª fase da Escola do Parque das Nações, dando deste modo cumprimento ao Protocolo firmado com a Câmara Municipal de Lisboa e a DRELVT. Enquanto a 2ª fase não estiver concluída, prever a distribuição dos referidos alunos, mantendo o espírito de escola de proximidade, pelas escolas públicas circunvizinhas, e acionando o transporte escolar devido.’-----

----- São estas as conclusões da Comissão.-----

----- A Mesa acrescenta aqui, mais uma informação que pode ser relevante, o Senhor Presidente da Associação de Pais afirmou aqui que parece haver um problema cadastral, ou seja, um problema de terreno onde isto deveria decorrer que pertencia à Parque Expo, não terá passado para a entidade do Ministério de Educação que deverá passar, para se poder promover todo o resto do processo.-----

----- Já confirmei junto da Direção do Património da Câmara Municipal de Lisboa que este pode ser um problema real. A entidade responsável pela resolução destas situações é a Direção Geral de Património e, portanto, eu própria tomarei diligências junto da Direção Geral do Património e da Direção Geral das Construções Escolares, não me recordo o nome dela, a entidade correspondente ao Ministério da Educação, para ver o que é que é preciso para regularizar esta situação porque, evidentemente, que a Parque Expo findou mas há soluções para dar destino ao seu património, a própria Câmara Municipal de Lisboa recebeu uma parte desse património, portanto, isto tem de se resolver rapidamente.-----

----- Às vezes são estas questões cadastrais que dificultam a concretização do lançamento da obra. Portanto, pela minha parte, os Senhores Deputados certamente, concordarão, que como Presidente da Assembleia Municipal posso envidar todos os esforços no sentido de esclarecer esta questão, esclarecendo, também, a Associação de Pais sobre esta matéria, e dando seguimento àquilo que a Assembleia, agora, delibere.-

----- Voltando à questão das conclusões do parecer da 7ª Comissão, vamos pô-las à votação, as duas em conjunto, pelo que pedia a vossa atenção.-----

----- **Votos contra?** Não há **votos contra**. Não há **abstenções**. Portanto, foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Proponho proclamação. -----

----- Portanto, saudamos os peticionários e iremos dar sequência à divulgação desta decisão e à sua apresentação junto das entidades competentes.” -----

----- **PONTO 4 – APRECIAR A RECLAMAÇÃO SOBRE A UNIDADE DE EXECUÇÃO PARA O INTERIOR DO QUARTEIRÃO DOS MARIANOS NA MADRAGOA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA K) DO N.º 2 DO ARTIGO 25º, DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; (2XGRELHA BASE – 68 MINUTOS).** -----

----- (A **Reclamação sobre o Quarteirão dos Marianos** fica anexada à presente Ata como **Anexo XVIII** e dela faz parte integrante) -----

----- (O **Parecer** da 3ª Comissão, Comissão Permanente de Ordenamento, Território, Urbanismo e Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local fica anexado à presente Ata como **anexo XIX** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente** informou o seguinte:-----

----- “Nós temos uma reclamação que foi apresentada à Assembleia Municipal sobre o Quarteirão dos Marianos. Não foi apresentada sob a forma de petição, foi uma simples reclamação. No entanto, dado a sua complexidade, nós entendemos pedir à 3ª Comissão Permanente que a analisasse e assim foi feito. Portanto, eu pergunto agora à 3ª Comissão, Senhor Deputado Victor Gonçalves, na qualidade de Presidente da 3ª Comissão, se o Senhor Deputado, ou o relator do parecer, pode apresentar a análise suméria que fizeram sobre esta matéria.-----

----- O outro Senhor Deputado que participou, o Senhor Deputado Nunes da Silva que não está presente hoje na Assembleia, portanto pergunto ao Senhor Deputado Victor Gonçalves que pode fazer a apresentação sumária desta matéria. -----

----- Portanto, o Senhor Deputado Victor Gonçalves prescinde dessa apresentação. Assim, cabe à Mesa explicar do que se trata. -----

----- Foi apresentada uma reclamação e a 3ª Comissão apreciou-a. Efetivamente, a 3ª Comissão apreciou-a como se fosse uma petição, mas que fique bem claro que isto não é uma petição, não entrou nessa qualidade. Trata-se de uma simples reclamação. E ouviu uma série de entidades, fez uma visita ao local. Entendeu que o parecer é extenso, são onze páginas, e efetivamente, a Mesa não as vai ler todas, sendo que ele foi distribuído por todos os Senhores Deputados.-----

----- Ao longo deste parecer, a 3ª Comissão não detetou nem grandes, nem pequenas, irregularidades da situação, manifesta alguns aspetos mais críticos, e a conclusão do parecer, e isso coloca-nos alguma dificuldade aqui à Mesa, a conclusão do parecer da 3ª Comissão sobre esta reclamação é que: 'Face às questões levantadas, a proposta de urbanização e da arquitetura dos edifícios, deve ser apreciada em sede da Assembleia Municipal'. Ora, isto não tem cabimento regimental. Nós não podemos apreciar, não temos competência, como Assembleia Municipal, para apreciar a arquitetura dos edifícios. Podemos apreciar reclamações, fazer recomendações à Câmara, mas não podemos, efetivamente, não temos competência para esta matéria.-----

----- Perante isto, naturalmente, espero que os Senhores Deputados que queiram falar sobre a matéria, o façam porque não tenho neste momento, na Mesa, nenhum documento sobre o qual possamos votar. A única coisa que tenho é o parecer da 3ª Comissão o qual eu apenas, poderei enviar à Câmara Municipal, uma vez que não é da competência legal da Assembleia Municipal aprovar o que aqui se pede. -----

----- Portanto, estou nesta dificuldade, de qualquer maneira tinha de vos dar conhecimento, quer aos reclamantes, quer aos Senhores Deputados, do seguimento que isto teve.-----

----- Para mim, o parecer da Comissão tem aspetos importantes que a Câmara deveria ter em atenção. Mas a Assembleia, quando muito, poderá recomendar à Câmara que veja com cuidado os aspetos suscitados pela Comissão e que explicita, perante a 3ª Comissão, qual é a sua posição relativamente a estas matérias aqui suscitadas. -----

----- Mas, de facto, não me sinto em condições de a colocar à votação." -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A minha intervenção vai muito no sentido daquilo que a Senhora Presidente disse. De facto, não me parece haver muito sentido a esta Assembleia proceder a qualquer tipo de votação relativamente à própria reclamação. Ainda assim, há que referir que a reclamação deu origem a um conjunto de reflexões que nos parecem bastante relevantes no âmbito do próprio enquadramento desta intervenção, nomeadamente, aquilo que diz respeito à Freguesia da Estrela, fruto dessa reclamação, tivemos a oportunidade de fazer uma exposição e entrega-la à Assembleia Municipal e julgo que seria útil para a própria Câmara Municipal, rever, agora, existe aqui algo que me parece ainda mais, relevante. Estas questões de intervenção no espaço público, nomeadamente, no que diz respeito a zonas urbanas consolidadas, são simultaneamente um desafio e uma oportunidade. E julgo que deve ser desta forma que devemos olhar para este modelo de requalificação urbana. Um desafio porque o atual estado de situação do espaço do Quarteirão dos Marianos tem, necessariamente, de ser revertido, ou seja, a situação que existe atualmente de total degradação do espaço público, degradação do edificado, e inevitavelmente, alguma situação de insegurança pública e, também, no âmbito da proteção civil, torna-se imperioso que a própria Câmara Municipal proceda, de uma forma sustentada, à elaboração de um projeto para aquela área. -----

----- O projeto em causa, tem muitas qualidades, tem muitas valências, tem muito interesse em desenvolver, no entanto, muito daquilo que foi exposto durante este processo que resultou da tal reclamação, originou no nosso ponto de vista, matéria suficiente para uma reflexão mais extensa sobre o projeto em si. -----

----- Portanto, a oportunidade que aqui fica é de podermos, em conjunto, contribuir para este repensar de muita requalificação urbana e apoiar a Câmara Municipal a adotar aquela que será a melhor solução, não só do ponto de vista urbanístico, mas também do ponto de vista do enquadramento das infraestruturas e do enquadramento social. -----

----- Este é o contributo que queremos deixar e, uma vez mais, referir a importância de pegar nas recomendações que resultam da análise deste processo em sede de comissão e promover uma reunião com a Câmara Municipal, sendo que a própria Câmara Municipal já teve oportunidade, ainda antes destas conclusões, apresentar em sede da própria comissão, o seu projeto. E agora com todos estes elementos, promover um novo encontro, ver o que é que é possível melhorar, agora o que não pode continuar é o estado de degradação daquele espaço. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Alexandre (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O assunto que está aqui em discussão refere-se, no fundo, à organização do Quarteirão dos Marianos. -----

----- A unidade de execução vem consagrar o desenvolvimento harmonioso daquela zona da cidade que atualmente se encontra profundamente descaracterizada e degradada, e isso notou-se, perfeitamente, na visita que nós fizemos ao local, a Comissão desta Assembleia, e realmente foi unânime a opinião dos Senhores e Senhoras Deputados e Deputadas, no sentido de que tem-se, efetivamente, de fazer alguma coisa naquela zona. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa pretende requalificar uma zona que atualmente tem várias deficiências a nível do edificado, do espaço público, áreas verdes, acessibilidades e o próprio estacionamento. Neste projeto existe uma harmonia entre o interesse público e o interesse privado tendo em vista eliminar uma zona bastante degradada da cidade. -----

----- Com a construção do novo edificado que vai melhorar substancialmente as condições de habitabilidade dos moradores, vai ter um melhor aproveitamento do espaço público e vai aumentar substancialmente a área verde do local, assim como as acessibilidades e o estacionamento. -----

----- Gostaria, ainda, de realçar uma nova área de equipamentos públicos que será implementada naquela zona. -----

----- O projeto também salvaguarda o registo histórico e aumenta significativamente a sustentabilidade da área abrangida, e também, toda a área envolvente onde vai ser feita essa intervenção. -----

----- Este benefício naquela zona tão degradada que referi à pouco, visitada pela comissão, vai, com certeza, beneficiar a cidade. -----

----- É esta a posição que o Partido Socialista tem, de entender que esta unidade de execução é uma boa solução para aquilo que se passa hoje naquela zona da cidade.-----

----- É evidente que teríamos todo o prazer de termos aqui, hoje, o relator deste parecer, mas por razões profissionais não poderá estar presente. Mas, efetivamente, ouviremos com muita atenção aquilo que a Câmara Municipal de Lisboa tem a dizer sobre o assunto. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Relativamente à reclamação sobre os processos de delimitação da unidade de execução do interior do Quarteirão dos Marianos, e processo de licenciamento das obras de edificação e demolição, número 671/DL/2013, o Partido da Terra concorda com a maioria dos aspetos apresentados em ambas as reclamações e salienta a forma parcial e correta do parecer elaborado no âmbito da 3ª Comissão Permanente, tendo como relator o Deputado Municipal Nunes da Silva.-----

----- Para quem não conhece a localização, estamos a falar de um espaço localizado no quarteirão superior da Rua das Janelas Verdes, um espaço com especial apetite urbanístico onde os preços por metro quadrado são dos mais elevados da cidade. -----

----- Os anteriores processos de urbanização foram todos inviabilizados porque o Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Madragoa exigia a realização de um projeto urbano. Mas como o acesso ao local é apenas efetuado por uma reduzida entrada através da Rua do Olival, uma rua igualmente estreita e de apenas um sentido, foi inviabilizado por parecer vinculativo pelo Regimento de Sapadores de Bombeiros.-

----- Apesar deste parecer, e estando em causa questões de segurança e socorro devido aos reduzidos acessos, a Câmara Municipal de Lisboa viabilizou uma solução que até se pode enquadrar no normativo legal, mas é tudo menos claro, e temos dúvidas que defenda o interesse da cidade.-----

----- A solução para uma unidade de execução, uma espécie de via verde dos processos de urbanização, para além de dispensar a aprovação na Assembleia Municipal, foi escolhida, com certeza, casualmente, no mês de agosto para a obrigatória participação pública, não tendo existido que saibamos qualquer participação. -----

----- Destacamos, também, o parecer da Junta de Freguesia da Estrela que alerta para os volumes de áreas destinadas à habitação e uso privado, entendem-se excessivas quando comparadas com a área envolvente. A sua implementação e monofuncionalidade, devido à escala, sobrepõem-se à lógica da envolvente. -----

----- Associada à questão da edificação, temo também a questão do estacionamento e dos acessos. -----

----- A área de intervenção já possui uma elevada pressão com o estacionamento, muitas vezes, invadindo os passeios agravando ainda mais o acesso ao condomínio.----

----- A Própria Junta de Freguesia alerta, ainda, para uma outra questão que nos preocupa, a construção do condomínio implica a demolição dos edifícios pertencentes

à antiga Fábrica dos Azulejos Constança, alguns deles classificados e sem qualquer garantia de preservação da identidade e da memória do local. -----

----- Por estes, e por outros fatores enunciados no parecer da 3ª Comissão, o Partido da Terra defende que a Câmara deve rever o projeto em causa, tomando em consideração os contributos de todo este processo que estamos hoje a discutir nesta Assembleia. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A única questão que nos coloca, e tendo em conta a intervenção que foi feita aqui, anteriormente, pelo Deputado do MPT, aquilo que eu queria colocar muito frontalmente ao Senhor Vereador Manuel Salgado, era o seguinte: -----

----- O BE em nenhum momento disse que as unidades de execução eram ilegais. -----

----- Nós consideramos que as unidades de execução, tal como outros instrumentos de planeamento, são instrumentos de opção política. Portanto, aquilo que se coloca, quer no processo anterior, quer neste, é o porquê da opção política pelas unidades de execução, quando temos instrumentos próprios de planeamento, de intervenção, de planos de pormenor a apresentar que para estes diversos locais da cidade, e que tem, também, o aspeto democrático que é relevante, de que a Assembleia e o público poderem participar nestes instrumentos. -----

----- Portanto, muito frontalmente, aquilo que eu quero colocar, e reconhecendo que isto é um instrumento legal, o que quero colocar é o porquê da opção política por este instrumento ao invés do planeamento democrático da cidade. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Seria sobre esta questão do instrumento de enquadramento que é a unidade de execução, quando foi a alteração do PDM, lembrem-se os Senhores Deputados que foi colocada esta questão em cima da mesa como um perigo, efetivamente, para o planeamento da cidade. E já temos, só nesta sessão, dois casos em que as coisas ficam nebulosas, ficam a ser executadas no âmbito da Câmara Municipal com os seus instrumentos no terreno, estão a ser construídos e a Assembleia fica de fora de matérias que são de fundo, tal como vimos por esta reclamação, em que são colocados, por exemplo, problemas relacionados com a segurança, de acesso, que são extremamente deficientes, já foi aqui dito. Estamos com problemas em relação ao património, com problemas em relação a volumetria, a altura para as novas edificações, que é um motivo forte da própria reclamação. São quatro pisos propostos invés de três, com obstrução de vistas em relação aos pisos mais baixos da Rua Garcia da Horta. -----

----- A Junta de Freguesia da Estrela fez um extenso parecer e creio que bem elaborado levanta esta questão, entre outras questões, e defende um plano de pormenor para esta zona. -----

----- Depois, há também a questão do acesso de veículos de emergência ao interior do quarteirão, questões que não estão clarificadas e que devem ser, de facto, esclarecidas.

----- E depois há a previsão do equipamento coletivo que não se sabe para que é. Ainda hoje, não se sabe para que é que vai ser esse instrumento. -----

----- Portanto, há aqui várias matérias relacionadas com o Quarteirão dos Marianos que, obviamente, com o parecer riquíssimo elaborado, mas que não é, efetivamente, conclusivo como deveria ser, e com propostas, só nos resta o caminho de dar conhecimento desse parecer à Câmara Municipal, que está a tomar conhecimento disso, dar conhecimento aos reclamantes e, naturalmente, continuar este processo no âmbito da Comissão de Urbanismo para realmente, esclarecermos tudo isto. E depois podemos ver ao nível das soluções encontradas o que é que é justo, o que, afinal, poderá ser alterado, enfim, que haja, efetivamente, aqui uma cooperação entre a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal no sentido de clarificar tudo isto e ficarmos todos com ideias assentes e descansados em relação ao processo. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** agradeceu e informou o seguinte: -----

----- “A Mesa não regista mais oradores inscritos. -----

----- Está presente um dos reclamantes, o Senhor Alexandre Vassalo. Já lhe foi explicado que sendo uma reclamação, e não uma petição, não lhe podemos dar a palavra, e também creio que percebeu, pelo decorrer do debate, que não temos matéria para deliberação. Temos um parecer bem elaborado com uma série de sugestões, mas não temos competência legal para fazer aquilo que o parecer nos pede. -----

----- Portanto, a Mesa não vai pôr o parecer à votação. Ele foi aprovado em sede de comissão, e a Mesa vai formalmente, enviá-lo à Câmara que já tomou conhecimento dele. -----

----- Penso que ainda temos de ouvir o Senhor Vereador Manuel Salgado antes de encerrarmos este capítulo. De qualquer maneira, a Mesa enviará o parecer à Câmara Municipal e eu farei diligências junto do Senhor Vereador para depois dar uma reação a este parecer para podermos progredir e avançar nas pistas que o parecer lança.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**), no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu teria todo o gosto em responder a este parecer por escrito. Sucede que este parecer chegou à Câmara na sexta-feira, dia cinco de setembro, só hoje de manhã é que os serviços me trouxeram para eu ver e, portanto, tendo resposta para várias das questões que são aqui suscitadas, não tive possibilidade de passar esta resposta a escrito. Mas, obviamente, que será respondido, será feita essa resposta, e será formalmente enviada à Assembleia Municipal. -----

----- Eu aproveitava para esclarecer algumas das questões que foram levantadas. -----

----- Pergunta o Senhor Deputado do BE que a opção por um plano de pormenor ou por uma unidade de execução, é uma opção política. Efetivamente, é uma opção política que foi tomada quando se aprovou o PDM de utilizar as unidades de execução como instrumento para a execução do próprio plano. -----

----- Mas vale a pena aqui lembrar o seguinte; o PDM, de 1994, que foi elaborado no tempo da coligação PS/PCP e com o apoio, na altura não havia o BE, mas da UDP, previa uma figura chamada Projeto Urbano uma figura que nunca existiu na legislação urbanística e que, no nosso entender, depois de ter os pareceres fundamentados dos juristas da Câmara, é uma figura que corresponde, exatamente, ao conceito da Unidade de Execução.-----

----- Por isso, na altura, fez-se esta proposta à Câmara, a proposta de delimitar uma unidade de execução, e essa proposta foi aprovada em Câmara por uma alargada maioria, senão me engano teve uma abstenção, que se adotasse a figura de unidade de execução neste caso concreto. -----

----- No parecer levanta uma questão que é o limite da unidade de execução, e que o limite da unidade de execução não correspondia àquele que estava como limite para o projeto urbano no Plano de Urbanização da Madragoa. E o que sucedeu é que retirámos três edifícios, que são edifícios que estão consolidados e em bom estado, e que não fazia sentido incluir numa operação urbanística de reconversão daquela área. -

----- Também levanta questões relacionadas com o acesso a norte que é uma servidão pública que existe, que está registada, e que qualquer que seja o proprietário do prédio, ou mesmo que o prédio, um dia, venha a ser demolido e substituído por outro, aquela servidão existe e, portanto, é um acesso que está assegurado ao interior do quarteirão. Mas existe, também, um outro acesso que nunca foi aqui referido que é uma escadaria que sai da Rua das Janelas Verdes e que chega ao interior do quarteirão. E depois existe o prolongamento da Rua do Olival, que é uma rua estreita e que tem, neste momento, problemas de estacionamento. -----

----- Ao contrário daquilo que aqui foi dito, o parecer do Regimento de Sapadores de Bombeiros não é negativo. O que este parecer diz é que se tem de regular o estacionamento naquela via para que seja possível fazer o acesso dos veículos de segurança ao interior do quarteirão. -----

----- Depois há a questão do estacionamento público, e esse é um ponto que está em vias de ser resolvido no momento em que for feito o deferimento deste processo. -----

----- Portanto, as questões que são levantadas no parecer da comissão, são questões que já tinham sido levantadas anteriormente, que foram objeto de uma profunda reflexão dos serviços e que foi acompanhada por mim e que, em nossa opinião, não alteram o sentido das decisões que foram tomadas pela Câmara, que foram inclusivamente, aprovadas com uma abstenção em Câmara, na altura, e portanto, nada justifica, em minha opinião, que seja feita uma alteração à decisão que foi tomada. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** disse o seguinte: -----

----- “De qualquer maneira fica aqui, quer o compromisso da Mesa de lhe enviar formalmente, este parecer, quer o compromisso do Senhor Vereador de responder por escrito que será analisado pela 3ª Comissão. -----

----- Informo que iremos fechar as urnas dos dois processos eleitorais que estão a decorrer. A Senhora Deputada Carla Madeira e a Senhora Deputada Ana Páscoa poderiam dirigir-se ao *foyer* pequeno para serem escrutinadoras. Serão os serviços,

naturalmente, que fazem a contagem, mas para ser fiscalizada essa contagem, e dentro em breve daremos os resultados. -----

----- E vamos passar ao ponto cinco da nossa ordem de trabalhos.” -----

----- **PONTO 5 – APRECIACÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE 2013 DA COMISSÃO PARA A PROMOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA K) DO N.º 2 DO ARTIGO 25º, DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; (2XGRELHA BASE – 68 MINUTOS).** -----

----- (O Relatório Anual de 2013 da Comissão para a Promoção de Boas Práticas fica anexado à presente Ata como **Anexo XX** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente** disse o seguinte: -----

----- “Em sede de Conferência de Representantes houve o acordo unânime de todos os partidos, que havia todo o interesse que, nesta fase dos nossos trabalhos, o Senhor Presidente da Comissão de Boas Práticas, que está presente, pudesse usar da palavra para nos apresentar o relatório de 2013, da comissão, pelo que a Mesa irá dar a palavra ao Presidente da Comissão de Boas Práticas a quem dá, igualmente, as boas vindas, Dr. Luís Barbosa, e agradecemos, também a presença da Senhora Arquiteta Margarida Sousa Lobo, Vogal da Comissão, para nos fazer uma apresentação do relatório anual de 2013. -----

----- A Mesa recorda os antecedentes, na sequência da sindicância de 2008, que foi decretada pelo Senhor Presidente Carmona Rodrigues ao urbanismo da Câmara de Lisboa, depois de uma série de apuramentos da responsabilidades e de irregularidades e por aí fora, foi decidido e retificado em Assembleia Municipal a criação de uma Comissão para a Promoção de Boas Práticas, sobretudo, com incidência nestas áreas do urbanismo e da contratação pública, para de facto, promover boas práticas, transparência, participação e bom funcionamento dos serviços. A Comissão foi empossada, creio que constituída em 2008, em 2010, teve as suas normas de funcionamento e desde então, tem sido presidida, e muito bem presidida, pelo Senhor Dr. Luís Barbosa a quem dou a palavra.” -----

----- **O Senhor Dr. Luís Barbosa** na qualidade de Presidente da Comissão para a Promoção de Boas Práticas, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu quero agradecer o convite para estarmos presentes e dirigir cumprimentos à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, aos Senhores Vereadores, aos Senhores Deputados, e dizer, antes de mais, que tudo aquilo que fazemos está na *internet*, na área do município, na área da Câmara Municipal, área de transparência e o *link* com a Comissão de Boas Práticas e encontrarão todos os trabalhos que a Comissão tem realizado, desde o início até 2014. -----

----- Para não ocupar muito o vosso tempo, eu iria salientar alguns aspetos que, sobre o ponto de vista da Comissão, e relativamente ao relatório de 2013, nos pareceram bastante relevantes. -----

----- A Comissão reconhece, sem dúvidas, que propor boas práticas é muito mais simples que colocar em prática as boas práticas. E, portanto, há aqui um desfasamento natural entre o propor, que é fácil, e o pôr em prática que é, normalmente, mais difícil.

----- Uma primeira questão que colocamos é o da criação de emprego. Estamos numa fase dramática, e quando a Câmara estabelece no seu organograma, uma Direção Municipal de Economia e Inovação, está, naturalmente, a tomar uma posição neste aspeto e a assumir um compromisso de que tem um papel importante a desempenhar no que respeita à criação de emprego. Tivemos ocasião de nos reunir com o Diretor Municipal de Economia e Inovação, trocamos impressões sobre esta matéria, e de chegarmos a um entendimento do que realmente valeria a pena fazer neste domínio. E a Câmara tem muitas intervenções possíveis que vão surgindo na análise dos vários setores.-----

----- Chamo a atenção para outro aspeto, em 2012, nós falamos da estrutura dos serviços da Câmara, digamos, da hierarquia da Câmara, para os municípios, começando por uma visão estratégica, por uma missão de autoridade, etc. E no ano de 2013, fizemos o contrário, olhámos dos municípios para a hierarquia da Câmara. O triângulo é o mesmo, invertem-se os problemas, e o *site* que se intitula “Na minha rua”, dá conta das que são as grandes preocupações dos municípios relativamente aos problemas com que estão confrontados no seu dia-a-dia.-----

----- Tenho aqui dados de 2013, as ocorrências que passaram no *site* “A minha rua”, foram duzentas e dezassete mil novecentas e oitenta e uma, isto é, duzentas e sessenta e cinco ocorrências por dia. A Câmara parece ter resolvido, ou ter dado uma resposta, a cento e sessenta e sete mil oitocentos e noventa e sete, e as restantes estão, ou em análise, encaminhadas ou em fase de execução. -----

----- Não me parece mal, digamos, esta resposta. Mas isto dá ideia do que são os problemas dos municípios da Cidade de Lisboa, portanto, num ano, duzentas e dezassete mil novecentas e oitenta e uma, ocorrências. -----

----- Um outro aspeto que nos chamou a atenção, naturalmente, foi o do licenciamento. Tivemos a ocasião de nos reunir com o Senhor Arquiteto Manuel Salgado, Vereador, e com a sua equipa, e de analisar o problema dos processos pendentes e as razões que poderiam levar a essa pendência, quer da responsabilidade dos requerentes, quer da responsabilidade da Câmara. É uma análise que os serviços respetivos foram fazendo. Um pequeno problema é que quando estávamos neste diálogo, um dos elementos fundamentais, e que é o GESTURBE, portanto, a aplicação informática que nos dá toda a informação sobre esta matéria, deixou de estar operacional. Portanto, há cerca de um ano que não temos números para poder confrontar. Isso, aliás, revela um problema que a Comissão de Boas práticas considera de enorme relevância, o papel da informática na Câmara, na sua produtividade, principalmente quando estamos a falar de pessoal administrativo e também de pessoal técnico, é hoje fundamental. E, realmente, os sistemas informáticos da Câmara estão hoje numa fase que podemos considerar crítica. Não só são muitos, como têm uma grande dificuldade de diálogo entre si e, além disso, representam um tempo de espera muito grande. Eu acho que seria interessante, procurar saber junto dos funcionários, que são uns milhares, quanto tempo estão à espera que o computador responda aos seus pedidos para poder avançar no seu trabalho. Portanto, este aspeto da informática

é um aspeto que consideramos de enormíssima relevância para o bom desenvolvimento dos serviços camarários.-----

----- Ainda uma outra proposta que fizemos, uma coisa que os Americanos chama de “precipício legal”, é dar um prazo a todos os regulamentos. Aliás, vai-se mais longe, em alguns países, impondo mesmo à legislação. Este regulamento estará em vigor durante seis anos, ou durante dois mandatos, ou durante dez anos, e ao fim de dez anos, ou é revisto, ou é posto em vigor nos mesmos termos, ou é, pura e simplesmente, anulado. Portanto esse “precipício legal” é uma forma de renovação obrigatória e de não permitirmos que coexistam regulamentos, quando começamos a falar sobre isto dissemos que talvez, fossemos encontrar alguns regulamentos do tempo, ainda, da monarquia e já lá vão alguns anos sobre isso. -----

----- Uma outra questão sobre a qual tomamos posição e consideramos que se foram gerando por via de certas deficiências e equívocos. O problema das empresas municipais e das fundações. E a partir de certa altura começaram a ser banidas e consideradas algo pouco útil e que seria de rejeitar o papel das empresas municipais e de fundações. Não é a nossa opinião. O que está em causa é o mau uso da empresa, ou o mau uso da fundação. Não podemos construir estes dois instrumentos, no caso das fundações elas podem representar um justo equilíbrio entre a sociedade civil e a própria Câmara, ou o Estado em geral, e portanto pôr de lado um aspeto desta cooperação que parece não ser uma atitude positiva. E as empresas são mesmo. O que é preciso saber é se o objeto da empresa é respeitado, se as suas receitas correspondem à sua atividade real e se os seus resultados correspondem à sua atividade real. -----

----- Gostaria de terminar dizendo que, de todas as questões que fomos levantando, há duas que nos parecem bastante importantes; a transformação que se fez no que respeita ao número de concursos públicos e ajustes diretos, passou-se, realmente, de uma fase em que os ajustes diretos tinham uma enorme relevância, para uma fase em que os concursos públicos passaram a ser muito mais importantes em número e em valor, do que os ajustes diretos o que é um bom sintoma. E por outro lado, uma conquista que consideramos de enorme relevância e que, naturalmente, temos que agradecer à boa vontade do Senhor Vereador Manuel Salgado, e que é um PDM acessível o que representa a possibilidade de dar aos técnicos, e ao público em geral e aos munícipes, uma possibilidade de perceberem mais facilmente o que é que podem fazer e aquilo que lhes está vedado. -----

----- Portanto, estes são os pontos que destacamos do relatório que foi apresentado, mas realmente pensamos que vale a pena passar os olhos pelo *site* da Câmara e encontrar, naturalmente, outros aspetos que também são de relevância, e que não vou agora enumerar dado que o tempo não nos permite por ser limitado.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente** agradeceu e declarou o seguinte:-----

----- “ A Mesa ressalva aqui um aspeto que considera da maior relevância. Com efeito, este relatório destaca que a partir de setembro de 2013, a Comissão de Boas Práticas não tem acesso à aplicação informática GESTURBE para fazer a monitorização urbanística que estava previsto que todos os meses deveria ser enviada à Câmara e à

Assembleia Municipal. Portanto, a partir de setembro, deixou de ter acesso aos dados, e já passou mais de um ano, e isto é um problema que tem na ver com o funcionamento informático da Câmara Municipal, um problema de fundos disponíveis, não sabemos que tipo de problema, pelo que gostaríamos de pedir à Câmara se nos pode esclarecer sobre esta matéria porque o próprio relatório da Comissão de Boas Práticas, os dados vão até setembro. E no ano de 2014, já vamos em setembro, e não temos nenhuma monitorização mensal porque a Comissão não teve acesso aos elementos. Portanto, achamos da maior relevância que a câmara esclareça isto e se não estiver resolvido, que o resolva rapidamente para que a Comissão de Boas Práticas possa cumprir cabalmente o seu papel.-----

----- Quero agradecer ao Senhor Presidente e vamos ouvir o que é que os vários partidos políticos têm a dizer sobre o vosso relatório.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A primeira palavra é, claramente, de elogio ao trabalho produzido e à sua missão que consideramos um forte contributo para a qualidade da democracia. -----

----- Se Portugal, e em particular a Cidade de Lisboa, aparecem bem posicionados em alguns índices nas medições internacionais, no que diz respeito á transparência e práticas preventivas da corrupção. Eu creio que ainda podemos fazer um caminho de qualidade, um caminho que nos posicione, também nessas matérias, na linha da frente.

----- E nessa perspetiva de reforço da qualidade da democracia e da transparência, felizmente, o sistema de governo do Município de Lisboa, conta com uma Comissão independente, que produz um trabalho imparcial de análise da atividade dos serviços do Município. Esse é um aspeto que temos de realçar e congratular, não deixando de salientar, como já fez a Senhora Presidente, que esta Comissão surge na sequência de um tempo triste para a Cidade de Lisboa, um tempo que remonta a 2008, e que felizmente, não se tem repetido de denúncia pública de várias irregularidades no funcionamento dos serviços ao nível do licenciamento e da contratação. Tempo, obviamente, associado ao último mandato de coligação de direita no Município de Lisboa, e que face à inexistência de episódios que se tenham repetido, desde essa altura, não deixamos aqui de considerar que foi oportuna a consagração deste órgão e o seu trabalho em colaboração com os órgãos municipais. -----

----- Constatamos que entre as incumbências desta Comissão existem a monitorização de áreas sensíveis, já referidas, como as dos licenciamentos e da contratação, mas também o desenvolvimento de estudos e projetos conducentes às melhores práticas, bem como a elaboração de códigos de conduta e códigos de boas práticas e avaliação de queixas dos cidadãos. -----

----- Da análise que fizemos do relatório, consideramos que não há aqui uma atividade linear por parte da Comissão, ou seja, apresenta informação que demonstra uma concentração de esforços em determinadas áreas. Noutras, parece-nos que o esforço de fundamentação também poderia ser, tal como referiremos adiante, mais aprofundado, nomeadamente, em articulação com os serviços de auditoria da Câmara

e até com a conceção e implementação do seu código de prevenção de riscos de gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas. -----

----- Relativamente às propostas contidas no relatório, algumas colhem a nossa adesão e satisfação por terem sido apresentadas, mas outras também colhem alguma interrogação sobre como é que isto será possível. -----

----- Entendemos que a análise que a Assembleia Municipal deverá fazer também deve ser uma análise crítica, uma análise de diálogo com a Comissão. E nesse aspeto, suscita-nos alguma inquietação. Como será possível, por exemplo, no contexto em que vivemos, um contexto de adversidade económica, instalar ascensores externos em todos os edifícios existentes para além de poderem enfrentar uma adversidade económica na execução desta medida, alguns desses edifícios situam-se em bairros históricos e em património classificado cuja intervenção dificilmente se revelaria compatível com a execução de uma proposta desse tipo. A ilustração é fácil, imaginem fachadas da Baixa Pombalina, agora, alteradas com a implantação de estruturas metálicas de elevadores externos. -----

----- Também, aquilo que o Senhor Presidente classificou como “precipício legal” pode ser adotado pela perspetiva, por um lado obriga a uma monitorização mais intensa, mas por outro também reforça a burocracia de estar a declarar a caducidade e, novamente, a aprovar regulamentos cuja vigência até se pode justificar precisamente por não ter sido alterada a legislação que lhes servia de base. Portanto, talvez seja preferível ao invés de implementar um mecanismo automático de caducidade, fazer uma monitorização mais intensa à qualidade da regulamentação e quando se justifica essa revisão, eventualmente por desajustamento relativamente às circunstâncias que levaram à sua aprovação, então sim, fazer proposta concretas de aprovação. -----

----- Outra medida que nos pareceu carecer de aprofundamento é a referência que fazem à necessidade de reorganização da Câmara Municipal em particular as unidades territoriais, e penso que esta informação é reportada à realidade 2012, quando em 2013, foi aprovada aquela que é considerada uma das maiores reformas administrativas das últimas décadas em Portugal. Portanto, o que eu questiono é se não deveria, o amplo processo de transferência de competências para as Juntas de Freguesia e alteração do quadro legal e regulamentar ser considerado neste parecer? Assim como, a referência aos recursos humanos e uma proposta de *spin off* de trabalhadores para o setor privado e a subsequente contratação pelo município. Creio que não seria uma medida exequível face ao quadro legal em vigor. -----

----- Uma última recomendação, precisamente para terminar, constato que o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão do Município contém cento e vinte e cinco medidas com áreas que vejo de sobreposição entre aquilo que é o trabalho natural da Comissão para as Boas Práticas. E daí a sugestão para nestes domínios municipais, da contratação pública, da urbanização e da edificação, dos recursos humanos, da gestão financeira, da concessão de benefícios públicos e da gestão patrimonial, ser efetuado o trabalho em rede entre a Comissão e os Órgãos do Município que fazem a gestão deste plano que me parece muito bem elaborado e que, por certo, permitiria ao Município de Lisboa adotar melhores práticas conjuntas relativamente à sua gestão.” --

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nós recebemos para apreciação um documento que, talvez, até pela forma como aparece, aparentemente poderia passar despercebido, seria mais um relatório de situação, enfim, mais um relatório a juntar a muitos outros relatórios sem qualquer outra consequência.-----

----- O PCP decidiu dar uma apreciação que nós achamos, não só crítica, mas considerar que na análise, sendo ela limitada a várias questões, e não o conjunto de questões, e sendo ela, enfim, tratada com termos suaves mas precisos, levanta uma questão gravíssima. Lendo treze documentos e tendo-os por minimamente válidos, eles coincidem na nossa análise crítica do péssimo funcionamento da Câmara Municipal. É inevitável.-----

----- A primeira e mais poderosa é que o sistema informático não funciona. Digam que funciona, digam que está melhor, digam que responde. Dito pelas minhas palavras pode ser super agressivo, mas eu penso que os próprios Deputados dos outros grupos terão que reconhecer, particularmente do PS, esta é uma questão que, ainda, não está a funcionar. -----

----- Mas os vários temas que são evocados são todos eles em forma *soft*, em palavras suaves mas que respondem a uma realidade, é verdade que nas questões das boas práticas municipais muito têm que fazer. Veja-se a primeira questão, o que respondem à questão dos cemitérios municipais, as críticas suaves, em boas palavras, que resposta tem? É dizer que este relatório tem que ter resposta camarária, e digo mesmo que deveria ir à Câmara e à Assembleia e alguém, não só os Deputados, estava preparado para responder, igualmente, de forma escrita às questões aqui levantadas. Elas são de 2013, mas como é que vai a 2014, mas tem de ter resposta. E acho que se forem autocríticos dirão que em relação à reparação de estradas e arruamentos que é a recomendação número três, digam-me, não têm andado por Lisboa? Lisboa está num perigo, num grave risco, num dourado inverno estojar de buracos. É que não são os buracos já existentes, são os múltiplos pavimentos que estão gretados, envelhecidos, podres. Há primeira chuvada a sério e com passagem de dois automóveis, estará um buraco e uma cratera aberta. É um pré-aviso.-----

----- Está aqui, referente à reparação de estradas e arruamentos que é preciso monitorizar, é preciso trabalhar, é preciso prontamente serem reparados. Poderiam dizer, a Câmara tem um plano, está a evoluir, já cumpriu, tem metas definidas, quantificadas, é possível avaliar. É uma outra ideia que esta Comissão trás é que nada se avalia só subjetivamente, a dizer ‘está a ir tudo bem’, é quantificar. Eles fizeram, inclusive, um esforço inovador em relação ao próprio relatório que foi apresentar o número de reclamações, ou pedidos, ou esclarecimentos que são apresentados sobre “A minha rua”, é um dado importante, é um dado de gestão que deviam valorizar.-----

----- Depois, naturalmente, as sugestões benignas sobre o trator municipal para o emprego, serão, naturalmente, benignas, mas para a atividade económica penso que não devem ficar só tranquilos com uma dezena de lugares, às vezes voláteis, empresas voláteis, mas na questão da produção, o que é que há de fundo sobre esta matéria. -----

----- Depois, é claro, a limitação temporária dos regulamentos, enfim, penso que foi bem respondida. Realmente, não é a limitação temporal, é a caducidade dos regulamentos face à realidade. -----

----- Depois, tem aqui uma referência interessante a Cais de Sodré. A nossa 2ª Comissão, que os bairros turísticos de Lisboa e a necessidade que temos de intervir fortemente neles, não é possível estarmos neutros. É uma recomendação número sete, aqui desta comissão. -----

----- Naturalmente, se o licenciamento urbanístico que tem tantos projetos atrasados, dizem, na estatística, tem de ter, também, uma razão para o seu atraso. Não é possível manter o atraso, quer dizer, fazer uma translação dos atrasos. Vem processos mal resolvidos, mas mantém-se a taxa de atraso global. Na verdade, a questão da monitorização urbanística é sem dúvida a questão crítica do próprio relatório e que não tem uma resposta satisfatória. -----

----- Por isso, na nossa apreciação achamos que o relatório é merecedor de uma resposta e de uma dignidade de resposta, mais alta do que aquela que esteve agora. É só ser encaminhado pelo Senhor Presidente da Câmara, Dr. António Costa, de enviar o relatório acima referido. Eu estava a imaginar que um Presidente atento, tendo um relatório sobre a sua atividade, em anexo vai a nossa apreciação camarária sobre esse relatório, e vai a nossa resposta. Se for a resposta do Senhor Deputado do PS, anterior, foi uma resposta pífia, fraca, não foi ao âmago das questões. Por isso, é importante esta Comissão, mas será mais importante se tiver respostas. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra, e para um pedido de esclarecimento, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, após a sua interpelação, o pedido de esclarecimento é simples, em que parte da minha intervenção é que foi suscitada a convicção do Senhor Deputado que eu estaria incumbido de dar resposta da Câmara Municipal de Lisboa ao relatório? Eu fiz uma apreciação na lógica de Deputado Municipal e creio que, nesse aspeto, a apreciação foi inequívoca. Os seis minutos disponíveis, mais tempo houvesse, outro tipo de apreciações, mais exaustiva, teria sido essa apreciação. A Câmara está presente, responderá. -----

----- Também pergunto ao Senhor Deputado, uma questão complementar, se a sequência normal da apreciação deste relatório, não é após a apreciação que aqui hoje estamos a fazer, e após o seu envio à Câmara Municipal de Lisboa, não será esse o momento em que a Câmara responde aos memorandos e às recomendações contidas no documento? -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)**, no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “O Senhor Deputado tem toda a razão. No primeiro ponto eu disse que o PS foi o único que respondeu porque a Câmara não respondeu, porque não há resposta nenhuma. -----

----- Naturalmente, que aqui podemos discutir, mas digo-lhe, Senhor Deputado, não seria mais interessante nós estarmos aqui a discutir conhecendo já a posição da

Câmara? Eu faço esta contraproposta, não seria mais interessante já conhecermos a resposta da Câmara e podermos aqui fazer a análise? -----

----- Agora, quanto às voltas, fazemos a crítica, vem para a semana a resposta da Câmara, voltamos outra vez. -----

----- Para mim, acho que a discussão pode rolar, agora o facto material, fundamental, a Câmara, os serviços da Câmara, não estão a funcionar bem, segundo as informações parcelares delimitadas nestes pontos concretos que foram apresentados. É sobre isso, no conteúdo formal, substancial, é que nos devemos ater e não na marcha processual, se é antes, ou depois, da Câmara dizer. Mas digo que a Câmara deve falar primeiro.” --

----- **O Senhor Deputado Municipal José Moreno (PNPN)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Venho aqui apenas para elogiar este trabalho que foi feito com profundidade e com isenção, e que penso que é um guia que todos nós devemos ter na análise e no trabalho de fiscalizador que compete a esta Assembleia. -----

----- Penso que a apreciação deste relatório, em boa verdade, iniciou-se hoje, mas não se conclui hoje. -----

----- Pela análise exaustiva que faz, pelas propostas que fórmulas, pelas questões que suscita, digamos que é um instrumento de trabalho que, tanto a Câmara, como nós, devemos ter presente, a partir deste momento, digamos, neste balanço e nesta análise do trabalho, que a autarquia faz em prol da nossa cidade. -----

----- Quero elogiar a Comissão para as Boas Práticas, no Senhor Presidente Dr. Luís Barbosa, por este excelente trabalho que nos apresentou e que eu penso que deve ser, a partir deste momento, não levem a mal, diria de certo modo, uma bíblia, um documento de trabalho importante para nós pautarmos, digamos, a análise escrutínio, do trabalho que estamos a fazer aqui, quer a Câmara, quer nós como entidade fiscalizadora do trabalho que a Câmara faz. -----

----- Há propostas que são muito válidas que merecem ser aprofundadas em prol da cidade. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Câmara Municipal considera este relatório de extrema importância, e considera que as suas recomendações são para ser levadas, da parte da Câmara Municipal, com maior atenção e com a procura de um esforço contínuo de melhoria. --

----- Este trabalho de monitorização administrativa é um trabalho que é feito, conseqüentemente, todos os anos. A Câmara Municipal dá as maiores atenções às recomendações e sugestões que são feitas por esta Comissão, com o objetivo constante que, no ano seguinte, algumas das recomendações deixem de fazer sentido porque, entretanto, foram resolvidas. -----

----- Portanto, é com alguma naturalidade que nós encaramos o trabalho da Comissão de Boas Práticas que no nosso entender, é de transparência necessária ao exercício dos cargos públicos, e temos absoluta consciência que este é um esforço contínuo, permanente, portanto, nós vimos com grande satisfação alguns dos elogios que a

Comissão de Boas Práticas faz a algumas das matérias que tinha referido nos anos anteriores e que, entretanto, foram sendo resolvidas, como encaramos com naturalidade e preocupação algumas questões que temos interesse em resolver. -----

----- Para que fique claro, a questão que foi identificada da anomalia informática, que foi identificada pelo presidente da Comissão de Boas Práticas, na informação que nós temos, está resolvida. Não é um assunto que corresponda a um problema existente, para ver que nós temos interesse em resolver as questões que nos vão sendo colocadas. -----

----- Este relatório é um relatório que vai merecer, tem merecido, da parte da Câmara Municipal de Lisboa, a nossa melhor atenção e um esforço gradual e contínuo para ir ao encontro das expectativas que vão sendo criadas. -----

----- E a Câmara Municipal está em crer que no ano seguinte, algumas destas matérias ficarão resolvidas, e outras matérias, obviamente surgirão, que faz parte de um trabalho normal de uma Câmara Municipal como a nossa, com os problemas que o Município tem, independentemente de todo o esforço e boa vontade, inclusivamente compromissos que nós temos e que, inclusivamente, assumidos nos programas eleitorais. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** agradeceu e disse o seguinte: -----

----- “Quero agradecer à Senhora Vogal da Comissão de Boas Práticas. Ouviram o que foi dito e daqui se encarreiram elementos para aprofundamento do trabalho e, naturalmente, a Câmara também poderá acrescentar alguma resposta às questões suscitadas pela Comissão de Boas Práticas. -----

----- Vamos prosseguir com a nossa ordem de trabalhos, o ponto seguinte é a designação dos Representantes da assembleia municipal de Lisboa no Conselho Municipal do Desporto. A votação teve lugar no *foyer* pequeno, e que eu tenho aqui os resultados e que vou passar a proclamar; nos termos do Regimento do Regulamento do Conselho Municipal do Desporto, a assembleia tinha que indicar cinco representantes nos termos do acordo que foi feito entre todos os partidos, esta designação de Representantes segue o Método de Hondt, e cabia a indicação de uma pessoa do CDS-PP, do PEV, do BE, do PSD e do PS, e foi esclarecido em Conferência de Representantes que estas pessoas indicadas não tinham que ser, necessariamente, Deputados Municipais, poderiam ser pessoas indicadas pelos partidos mas não, necessariamente, Deputados Municipais. Nessa qualidade, nós recebemos as candidaturas, foi uma lista única; o representante do CDS-PP é o Deputado Diogo Santos Moura, o representante do PEV será o Deputado Municipal Frederico Jorge Passos Lira, o representante do BE, a Senhora Deputada Isabel Cristina Rua Pires, do PSD, eu julgo que não é Deputado Municipal, portanto há aqui um erro na ata de apuramento, que eu chamo mais uma vez a atenção dos serviços que têm de estar com cuidado nesta matéria, não é Deputado Municipal e é o Senhor António Paulo Quadrado Afonso, e o representante do PS, Senhor Deputado Municipal Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo. -----

----- PONTO 6 – PROPOSTA 7/AM/2014 - DESIGNAÇÃO DOS CINCO REPRESENTANTES DA AML NO CONSELHO MUNICIPAL DO DESPORTO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTIGO 4º, DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DO DESPORTO, E DA ALÍNEA K), DO NÚMERO 2 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; -----

----- A Senhora Presidente: -----

----- “O resultado da votação; houve **63 votantes, 52 votos a favor, 7 votos contra, 2 abstenções, não há votos brancos, há 2 votos nulos.** Portanto, a lista foi **aprovada por maioria.**-----

----- Tem de haver a correção da ata de apuramento.-----

----- Eu não vejo aqui a Senhora Chefe de Divisão, portanto, não sei quem é que está a tomar nota do que eu estou a dizer. Está aqui a secretária que toma nota de que se tem de corrigir esta ata de apuramento.”-----

----- PONTO 7 – PROPOSTA 8/AM/2014 – DESIGNAÇÃO DE 1 PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA A ASSEMBLEIA DISTRITAL DE LISBOA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ANEXO À LEI N.º 36/2014, DE 26 DE JUNHO, E DA ALÍNEA K) DO NÚMERO 2 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; -----

----- A Senhora Presidente: -----

----- “Cabia a indicação ao Partido Socialista que indicou o Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre Bento Pereira. -----

----- A votação teve o seguinte resultado: **63 votantes, 50 votos a favor, 7 votos contra, 5 abstenções, 1 votos brancos, não há votos nulos.** Portanto, o Senhor Deputado Municipal está designado.-----

----- Eu informo que a Assembleia Municipal tem lugar no próximo dia doze de setembro, e que vai discutir, naturalmente, a sua própria extinção e o destino a dar ao seu património e a magna questão dos seus trabalhadores que estão com os seus salários em atraso. Portanto, são matérias importantes que serão discutidas.-----

----- Alerto que vai ser distribuído, entre hoje, ou amanhã, por todos os Grupos Municipais, o dossier com toda a matéria relativa à Assembleia Distrital, foi apresentada em Conferência de Representantes e esse dossier também está presente aqui na Mesa, e o Senhor Deputado irá ter também uma cópia desse dossier. -----

----- Os representantes da Assembleia Municipal na Assembleia Distrital de Lisboa são: a presidente da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara ou um Vereador que o substitua, e o Senhor Deputado agora eleito. -----

----- Lá estaremos no dia doze para vermos como é que se resolve esta questão da Assembleia Distrital de Lisboa.-----

----- Nós temos ainda vários pontos na ordem de trabalhos, mas eu penso que se não houvesse inconveniente da parte do Senhor Vereador, nós, talvez, pudéssemos deixar o Plano de Prevenção de Violência Doméstica para o princípio de uma sessão que

estamos com mais frescura para fazer um debate de fundo, e votaríamos as propostas de repartição de encargos que são propostas, enfim, processuais e que são necessárias para o funcionamento normal da Câmara. Se não vissem nenhum inconveniente, eu penso que seria mais sensato deixarmos a Proposta 330/2014, para uma próxima sessão para podermos discuti-la com outro fulgor, naturalmente, porque é uma matéria crucial. A Proposta 424/2014, também foi adiada porque depende de um parecer da 1ª Comissão, que foi pedido pela Conferência de Representantes. Portanto, passaríamos ao ponto dez da ordem de trabalhos.”-----

----- **PONTO 10 – PROPOSTA 429/2014 – AUTORIZAR A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO ÂMBITO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA “AQUISIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS PARA AS VIATURAS DA FROTA MUNICIPAL DA MARCA IVECO”, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO ARTIGO 24º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, DOS NÚMEROS 1 E 6 DO ARTIGO 22º DO DECRETO-LEI Nº 197/99, DE 8 DE JUNHO, E DA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO; (GRELHA BASE – 34m):**-----

----- (A Proposta 429/2014 fica anexada à presente Ata como Anexo XXI e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Vamos pôr agora à votação a Proposta nº 429/2014, votos contra não há, abstenção do PSD, e os votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. Portanto, a Proposta nº 429/2014, foi aprovada por maioria. -----

----- **PONTO 11 – PROPOSTA 430/2014 – AUTORIZAR A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2014, 2015 E 2016 RELATIVOS CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES PARA O MUNÍCIPIO DE LISBOA”, NOS TERMOS DO PONTO 4 DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO ARTIGO 24º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, DOS NÚMEROS 1 E 6 DO ARTIGO 22º DO DECRETO-LEI Nº 197/99, DE 8 DE JUNHO, E DA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO; (GRELHA BASE – 34m):**-----

----- (A Proposta 430/2014 fica anexada à presente Ata como Anexo XXII e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Vamos pôr agora à votação a Proposta nº 430/2014, votos contra não há, abstenção do PSD, e os votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. Portanto, a Proposta nº 430/2014, foi aprovada por maioria. -----

----- **PONTO 12 – PROPOSTA 436/2014 – AUTORIZAR A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS RELATIVA À EMPREITADA Nº 1/DMAU/DHU/2013, “REMODELACÃO DO EDIFÍCIO A E CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DO COMPLEXO MUNICIPAL DE MARVILA – FINANCIAMENTO DE PIPARU”, COM A CONSEQUENTE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO ARTIGO 24º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, DOS NÚMEROS 1 E 6 DO ARTIGO 22º DO DECRETO-LEI Nº 197/99, DE 8 DE JUNHO, E DA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO; (GRELHA BASE – 34m):** -----

----- (A **Proposta 436/2014** fica anexada à presente Ata como **Anexo XXIII** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Vamos pôr agora à votação a **Proposta nº 436/2014**, **votos contra** não há, **abstenções** do PSD e CDS-PP, e os **votos a favor** do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. Portanto, a **Proposta nº 436/2014**, foi **aprovada por maioria**. -----

----- Senhores Deputados, muito obrigada. Terminamos o nosso trabalho. -----

----- As **Propostas 330/2014 e 424/2014**, serão reagendadas. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e vinte minutos. -----

----- Eu _____, Chefe de Gabinete, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE -----